

BALANÇO DA AÇÃO GOVERNATIVA JUSTIÇA 2022-2024



"A Justiça, Verdade, Serenidade, Fortaleza e Temperança"

Vitrais do Palácio da Justiça de Vagos

Índice

UMA ESTRATÉGIA PARA A JUSTIÇA.....	3
Recuperar, modernizar, racionalizar e dignificar.....	11
Pessoas e tecnologia	16
GRANDES LINHAS DE AÇÃO.....	19
MEDIDAS CONCRETIZADAS.....	22
Proteger os mais vulneráveis ao cuidado da justiça	22
Reformar a justiça administrativa.....	33
Combater a corrupção e a nova criminalidade	35
Investir no edificado e gerir os meios da justiça	39
Inovar na justiça	49
A Justiça ao serviço das pessoas e da economia	59
Gerir, reforçar e dignificar os recursos humanos da justiça	71
Capacitar os recursos humanos.....	77
Justiça para a Europa	81
ANEXO Edificado.....	85
Assessores que integraram os Gabinetes	95

UMA ESTRATÉGIA PARA A JUSTIÇA



Catarina Sarmiento e Castro, Ministra da Justiça

O escrutínio da ação governativa da área da Justiça, e por isso, o exercício de responsabilização e de fiscalização do cumprimento dos compromissos assumidos, é, antes de mais, um exercício de transparência. A transparência com a qual estão comprometidas as democracias contemporâneas, e a transparência a que o dever de prestação de contas, afinal, dá corpo e concretiza.

Mas, além do controlo das políticas, das ações e da concomitante alocação dos recursos que as suportam; além do desejável incremento de uma maior responsividade, do aperfeiçoamento das práticas e da diminuição das ineficiências de quem tem a cargo a gestão da coisa pública; além do dever de informação e esclarecimento da opinião pública – por maioria de razão numa era em que a informação se gera, corre e consome, superficial e volátil, sem tempo para a formação de perceções rigorosas e fundamentadas –, este escrutínio tem, ainda, outra virtualidade: proporciona o “voo de pássaro” sobre os trajetos feitos, os caminhos trilhados e as marcas alcançadas. É isso, precisamente, que se faz neste documento, numa perspetiva abrangente e transversal, tal como se faz num outro, que disponibilizámos e dedicámos, especificamente, à execução e às medidas apoiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Ao longo dos 9 temas agregadores que compõem este volume, que correspondem aos compromissos que assumi no início do mandato, apresenta-se, de forma breve, clara e sistematizada, o vasto conjunto de medidas implementadas.

Embora detalhadas nas páginas que se seguem, não resisto a destacar algumas das mais marcantes, que encontraremos distribuídas pelas seguintes categorias:

Proteger os mais vulneráveis ao cuidado da Justiça

Reformar a Justiça Administrativa

Combater a corrupção e a nova criminalidade

Investir no edificado e gerir os meios da Justiça

Inovar na Justiça

A Justiça ao serviço das pessoas e da economia

Gerir, reforçar e dignificar os recursos humanos da Justiça

Capacitar os recursos humanos e

Justiça para a Europa

No âmbito da **proteção dos mais vulneráveis**, prestámos especial atenção aos cidadãos à guarda do sistema de justiça, em particular, nos **Centros Educativos** e nos **serviços prisionais e de reinserção social**, o que não pôde deixar de reverberar na dignificação e na humanização dos espaços da Justiça. Uma **dignificação** e uma **humanização** para as quais contribui, sem dúvida, o **encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa** que veio dar resposta aos alertas de organismos nacionais e internacionais – como o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes –, e, ao permitir transferir a população privada da liberdade para Estabelecimentos Prisionais geograficamente próximos de Lisboa, assegurar a proximidade à sua rede familiar, fator determinante no seu processo de reinserção social.

Outro contributo relevante terá sido, sem dúvida, o **Balcão SNS 24** em Estabelecimento Prisional, tanto quanto a instalação de **telefone fixos** nos espaços de alojamento dos Estabelecimentos Prisionais ou o **Portal +inclus@o**.

Mas a vulnerabilidade é uma categoria mais ampla e inclui – como tem de incluir – as vítimas de crime. Foi, de resto, em nome das vítimas que se consagrou a mais recente e relevante medida da área governativa da Justiça: a primeira e inovadora **Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de Crime 2024-2028**, uma estratégia holística em matéria de prevenção do crime e da vitimação, cuja implementação contempla, também, a *casa das crianças*, o modelo **Barnahus**, que tem sido alvo de reconhecimento internacional como boa prática de intervenção junto de crianças e jovens que necessitam de uma resposta abrangente, coordenada, profissional e adaptada às suas características.

Por outro lado, e por imposição da Lei de Política Criminal para o biénio de 2023-2025 que apresentámos e que foi aprovada, determinou-se a **obrigatoriedade da criação de 2 novos Gabinetes de Apoio à Vítima a cada ano** – objetivo que já alcançámos para 2023 e também para 2024, sendo hoje 10 – seis dos quais criados nos últimos dois anos –, os Gabinetes a funcionar junto dos Departamentos de Investigação e Ação Penal de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Porto-Este, Lisboa-Norte, Lisboa-Oeste, Lisboa-Sul e Setúbal.

Trabalho feito fica também ao nível da otimização da eficiência dos tribunais administrativos e fiscais, para dar resposta aos legítimos anseios de cidadãos e empresas e para reforçar a confiança nesta jurisdição. No quadro de um sólido **Plano Estratégico**, a aprovação de um **“primeiro pacote” legislativo** resultou, por exemplo, na dotação o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais dos meios necessários a uma gestão mais eficiente, mais célere e mais transparente da jurisdição administrativa e fiscal, promovendo o aumento da capacidade de resposta desta jurisdição, bem como na alteração do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no sentido de se implementar a especialização na segunda instância (em vigor desde setembro), a criação do TCA Centro e medidas de reforço de recursos humanos nos tribunais superiores.

São medidas cujos efeitos, de resto, as **Estatísticas da Justiça** já evidenciam: em 2022, a taxa de resolução processual foi, na área administrativa e fiscal de 1ª instância, de **112,5%**. Além disso, em 2022, verifica-se um decréscimo de 5,1% nos processos

pendentes, que, alargando o intervalo temporal, entre 2015 e 2022, sofreram um decréscimo de **26,4%**.

Também o **combate à corrupção**, como elemento estruturante de uma política criminal consciente e eficaz, promotora da tolerância zero que deve decorrer de uma cultura de transparência e integridade, esteve no centro da intervenção desta equipa governativa. Além da **Estratégia Nacional Anti Corrupção 2022-2024**, e além do reforço de meios humanos da Polícia Judiciária – que permitiu reforçar em 40% o número de profissionais afetos ao combate a este flagelo –, e que se fez acompanhar da **modernização tecnológica dos sistemas de informação e comunicação** desta Polícia (designadamente, a reestruturação e reforço da estrutura de informática forense, com a aquisição de máquinas com requisitos especiais para esses fins, entre outros projetos e medidas), honramos o compromisso de garantir a entrada em funcionamento, não apenas em termos normativos, mas também em termos objetivos, do **MENAC**, o Mecanismo Nacional Anti Corrupção, que contou com uma dotação orçamental, em 2024, de mais de 2 milhões de Euros.

Outra dimensão da ação desta equipa governativa passou **pelo investimento no edificado** e pela **gestão dos meios da Justiça**. Com efeito, há muito que as infraestruturas da Justiça – são mais de 2200 imóveis ao cuidado desta área governativa – vinham exigindo a nossa atenção, mas uma atenção que não chegaria a ser possível prestar-lhes sem um instrumento capaz de orientar – porque pensado e elaborado com racionalidade e atenção às condições económicas concretas do país – a necessária estratégia de recuperação e modernização dessas infraestruturas. E aqui mesmo radica a importância da aprovação do **Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027**, num montante total superior a 200M€, que, contemplando as instalações de tribunais espalhados por todas as comarcas do país, atendendo às necessidades da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e assim também às da Polícia Judiciária e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, abrange, ainda a aquisição de empreitadas

destinadas à instalação do **Polo do Centro de Estudos Judiciários**, em Vila do Conde – que permitirá dar forma ao objetivo estratégico de reforçar a formação de magistrados e o número de magistrados a fazer entrar no sistema da Justiça –, e do **Tribunal Central Administrativo Centro**, em Castelo Branco – que desempenhará um papel determinante na redução de pendências na jurisdição administrativa e fiscal, pendências que sempre assumimos como preocupação maior à qual, também por esta via, quisemos dar solução.

Mas este é um Plano que veio – quero sublinhar – culminar vários **avanços conseguidos em fase anterior** da legislatura: refiro-me, designadamente, ao investimento de mais de 26M€ em instalações de **tribunais e da Polícia Judiciária no distrito de Braga**; ao investimento de 24 M€ no parque penitenciário, tendo em vista o **encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa**, uma ambição muito antiga cuja concretização já se iniciou, com os procedimentos necessários à realização das empreitadas para a requalificação de infraestruturas existentes noutros estabelecimentos prisionais geograficamente próximos de Lisboa, como é o caso dos Estabelecimentos Prisionais do Linhó, Sintra, Alcoentre e Tires –, e que o Ministério da Justiça, de resto, sempre enquadrou como sinais objetivos do compromisso com o passo mais largo que este Plano veio permitir dar. Além das **34 obras em tribunais** que foram concluídas ainda em 2023 – como a adaptação do edifício para instalação do Juízo de Família e Menores, em Aveiro – e das **33 empreitadas** que deixamos já em curso.

Também inovámos na Justiça. Sabemos que o sistema não se constrói, de novo, a cada ano, por isso, no dinâmico processo de transformação da Justiça, aperfeiçoa-se onde necessário e corrigem-se rumos, apontados à inovação. Assim, o programa de transformação tecnológica da Justiça, construído para e com os diferentes agentes da Justiça, e que o Plano de Recuperação e Resiliência veio alavancar, está em curso. Porque o nosso desígnio de uma “Justiça +” não é vazio: desburocratizar é, essencialmente, tornar a Justiça mais eficiente, mais inovadora, mais humana e por isso mais próxima dos cidadãos. Bastará pensar nas **23 interoperabilidades** desenvolvidas entre o Sistema de Informação dos Tribunais (eTribunal) e 16 entidades, e na forma como vieram reduzir a necessidade

de pedir aos cidadãos informação que a administração pública já possui, contribuindo para acelerar os processos e facilitar o acesso à justiça. Muito recentemente, começamos a trabalhar nas interoperabilidades também com os Órgãos de Polícia Criminal, e que vão garantir a troca eletrónica de autos entre a GNR, a PJ e os sistemas do eTribunal, evitando, anualmente, a entrega em papel de mais de 180 mil autos nos tribunais.

Com efeito, o **eTribunal** – o ecossistema de aplicações de suporte aos tribunais – tem um impacto sensível na vida dos profissionais da Justiça: por exemplo, para os mandatários, que deixaram de ter de se deslocar aos tribunais para recolher as gravações de áudio dos processos em CDs, em resultado de as mesmas terem passado a estar disponíveis online, em *streaming*, no eTribunal.

Mais recentemente, ficou disponível uma interface que vai permitir que os advogados e os solicitadores acedam às jurisdições Comum e Administrativa e Fiscal **num único ponto**, e, além disso, os **mandatários** também já podem submeter nos canais online, de forma totalmente desmaterializada, peças processuais de grande dimensão, nos tribunais. Isto significa que mais de 56% dos processos judiciais cujas peças eram até agora entregues em papel aos balcões dos tribunais, passam a poder ser submetidas online, sem necessidade da respetiva digitalização e posterior inserção na plataforma eTribunal. O **eTribunal-Magistratus**, a interface unificada do eTribunal para os juízes, passou também a ter um conjunto de novas funcionalidades solicitadas por estes profissionais, novas ferramentas que permitirão que o eTribunal-Magistratus passe a ser o ponto de acesso principal dos juízes ao sistema dos tribunais para as duas jurisdições, com novas funcionalidades mais avançadas, como a pesquisa através de mecanismos de inteligência artificial, notas encriptadas, entre outras.

Ainda a pensar nos magistrados, arrancou um **piloto no Tribunal Central Administrativo Sul** para a anonimização das decisões judiciais com recurso a um algoritmo de inteligência artificial, e, para os procuradores, está em desenvolvimento a interface para **eTribunal-MPCodex**, que beneficiará das mesmas funcionalidades.

Mas proximidade e eficiência, para uma Justiça ao serviço das pessoas e da economia, é o que já sucede, também, graças a medidas como a renovação automática do **Cartão de**

Cidadão, o Nascer + Cidadã e + Cidadão, a Empresa Online 2.0, o apoio judiciário eletrónico ou o novo Cartão de Cidadão, gratuito para crianças até um ano, que já facilitaram a vida de muitos cidadãos e empresas; ou como o **Guia Prático de Acesso à Justiça**, numa versão treinada para responder a questões relativas aos temas Casamento e Divórcio, tendo sempre por base informação interna dos sítios da Justiça, que, desde junho, foi também alargada ao tema da criação de empresas, tanto em Português como em Inglês. O mesmo se diga da **Plataforma de Atendimento à Distância**, um novo serviço que representa uma alteração de paradigma no modo como são realizados atos autênticos ou equiparados, ao permitir que sejam efetuados por videoconferência, e da plataforma dos Meios de Resolução Alternativa de Litígios, a **Plataforma RAL +**, que disponibiliza a cidadãos e empresas uma ferramenta única que lhes permite dar início a diferentes processos e procedimentos de resolução de conflitos, quer se trate de mediação familiar, de mediação laboral ou processos nos julgados de paz.

Em suma, o contributo das novas tecnologias espelha um novo paradigma de prestação de serviços públicos e de transformação da Justiça, um paradigma apoiado na atenção e na resposta às reais necessidades dos utentes, centrado na forma como os serviços são prestados e numa melhor e maior exploração, integração e disponibilização de dados.

Uma outra vertente mereceu a atenção, muito especial, desta equipa governativa: a gestão, o reforço e a dignificação dos recursos humanos, consciente que sempre esteve da urgência com que, em alguns casos, a falta de recursos humanos se faz sentir.

Atesta-o a consagração do **Programa plurianual de recrutamento para a Polícia Judiciária**, um passo histórico que permitirá que, até 2026, entrem naquela polícia mais 1.100 efetivos. Mas um passo histórico foi também o **Plano Plurianual de recrutamento para as carreiras especiais na área dos Registos**, que permitiu avançar para os procedimentos com vista à contratação de mais 50 conservadores de registos e 240 oficiais de registos, e a que se somarão mais 160 oficiais e 20 conservadores, em 2024.

Concretizações de alcance diverso – mas que devem ser lidas, essencialmente, como um sinal da seriedade do nosso compromisso – foram a integração de mais 200 profissionais nas fileiras dos Oficiais de Justiça e a promoção de 561 desses trabalhadores, mas

também a contratação de mais guardas prisionais e as promoções efetuadas nessa carreira, assim como os concursos, em fase final, para mais 105 técnicos de reinserção.

E, porque a Justiça não se faz mesmo sem as pessoas, curou-se, ainda, da **capacitação** dos trabalhadores dos organismos, de todos os organismos, dando-lhes novas competências e desenvolvendo competências já adquiridas.

Finalmente, hoje, pensar Portugal é também pensar o nosso país no **quadro internacional**, onde desafios globais e partilhados se desenham e, porque globais e partilhados, reclamam uma resposta comum. Também aqui o Ministério da Justiça deu o seu contributo, muito empenhado, designadamente, nas discussões que decorrem nos *fora* europeus, com o intuito de construção de uma **Justiça para a Europa**.

Em suma, estas medidas são o resultado, por um lado, da firmeza dos princípios e da determinação que sempre animou a equipa governativa da Justiça, apostada em tornar realidade o projetado, e, por outro, do persistente e convicto saber ouvir, interna e externamente: o Conselho Consultivo (reativado após uma pausa de vários anos), onde se colheu a diversidade de perspetivas que decorre da sua composição multidisciplinar; todos os parceiros institucionais, que conosco partilharam o olhar de quem conhece, em profundidade, cada uma das inúmeras vertentes do sistema de Justiça; as organizações não governamentais de apoio às vítimas de crime, de cujo trabalho resulta uma intervenção mais individualizada, mais intensiva e mais eficaz; os sindicatos, entre diversas outras entidades, cujos contributos quisemos e soubemos aproveitar.

O desígnio era claro: uma Justiça mais célere e eficiente, mais humana e próxima, mais moderna, mais transparente. Ao fim de 20 meses, passos muito significativos foram dados. E fez-se acontecer, onde há muito era necessário.

Recuperar, modernizar, racionalizar e dignificar

O aumento da eficiência dos tribunais e a melhoria das condições do seu funcionamento foi uma das áreas que mais atenção mereceu desta equipa governativa. As necessidades do sistema judicial sentiam-se especialmente na carência de recursos humanos, das insuficiências verificadas nas instalações e equipamentos disponíveis e dos



Jorge Albino Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

elevados tempos médios de decisão em algumas áreas processuais. Assim, além de tomar medidas diretamente dirigidas à correção destas carências - nomeadamente recrutamentos e realização de intervenções no edificado -, houve também a preocupação em procurar dar resposta a estas necessidades por via indireta, melhorando alguns aspetos estruturais do sistema judicial. Neste sentido, foram fixadas como prioridades, entre outras, a melhoria da carreira dos oficiais de justiça no sentido da sua maior atratividade, a digitalização de um maior número de procedimentos nos tribunais e a atribuição à jurisdição administrativa e fiscal de meios para uma gestão mais eficiente do acervo de processos pendentes.

Relativamente aos tribunais administrativos e fiscais, que foram assumidos como uma intervenção prioritária, foi traçado um plano estratégico com 50 medidas. O primeiro pacote de execução destas medidas concentrou-se em dois diplomas fundamentais - a alteração do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e a aprovação do novo Decreto-Lei 31/2023, de 5 de maio, que procedeu à consagração da autonomia administrativa e financeira do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Este pacote deu cumprimento às medidas mais urgentes, como a criação de um novo Tribunal Central Administrativo, a especialização da segunda instância e a concessão de

autonomia de gestão e organização da jurisdição. A unanimidade que se gerou em torno das medidas que constaram deste primeiro pacote confirmam a bondade das soluções encontradas, que no longo prazo se traduzirá, desejavelmente, na eficácia da sua implementação.

Este Executivo honrou também o compromisso, consagrado no respetivo Programa de Governo, de reforçar, dinamizar e divulgar os meios de resolução alternativa de litígios (Meios RAL), uma forma eficaz de descongestionar os tribunais e de proporcionar o acesso à Justiça em situações que, de outra forma, não teriam tutela jurisdicional efetiva. Assim, e desde logo, propusemo-nos aumentar a rede de Julgados de Paz, tendo em vista o seu progressivo alargamento a todo o território nacional. Criaram-se as condições para a abertura de dois novos Julgados de Paz, encontrando-se ainda em curso negociações com outros Municípios ou CIM no quadro de uma estratégia global e integrada.

A par do incremento da rede física dos Julgados de Paz, procedemos também ao lançamento da Plataforma RAL+, a nova plataforma para os meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL), por meio da qual passou a ser possível resolver vários tipos de conflitos de forma mais rápida, mais simples e mais acessível.

No domínio da Arbitragem, foi autorizada a criação de três novos Centros de Arbitragem e apostamos também na divulgação dos Meios RAL, com o lançamento de uma ampla campanha nacional sob o mote «Os conflitos existem... e as soluções alternativas também».

Resgatámos também para o primeiro plano das nossas preocupações, o sistema de reinserção social e prisional, implementando-se medidas de humanização da execução da pena de prisão e de dignificação do cumprimento da mesma. Foi aprovado o novo regime de comunicações telefónicas, permitindo-se a disponibilização de telefones fixos nos espaços de alojamento, e procedeu-se à criação de um portal, denominado +inclus@o, que permite aos cidadãos privados da liberdade, através de uma tecnologia segura, passar a aceder por via digital ao seu processo individual, e aceder, de forma segura, a um conjunto de páginas da Internet.

Desenvolvemos uma articulação estreita com as áreas governativas da saúde e da segurança social, visando a melhoria dos cuidados de saúde prestados em privação da liberdade e assegurando respostas adequadas para os cidadãos com necessidades de cuidados de saúde mental após a libertação.

Valorizamos o trabalho prisional como ferramenta para a criação e manutenção de capacidades e competências para exercer uma atividade após o cumprimento da pena. Assim e para além de trabalhos legislativos e regulamentares preparatórios nesta área, lançamos as bases para a criação de um portal sobre o trabalho prisional.

Também os jovens que cumprem medidas tutelares em Centros Educativos foram nossa preocupação. Nesse sentido, o Plano Plurianual de Investimentos para a área da Justiça para o período de 2023-2027 dedica uma verba de 1,9M€ à concretização de diversas obras de reabilitação e conservação dos 6 Centros Educativos. A crescente preocupação com a saúde mental dos jovens levou ainda à aprovação da criação de uma Unidade Terapêutica especializada em cuidados de saúde mental para os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa, cuja instalação está em curso no Centro Educativo da Bela Vista, em Lisboa.

No que respeita ao reforço e valorização dos recursos humanos, o Ministério da Justiça apostou de forma consistente numa política de recrutamento transversal com vista ao suprimento de necessidades em áreas da maior relevância para a sua missão, designadamente nos tribunais, no sistema prisional e de reinserção social, bem como na área da medicina legal, dos registos e notariado e da PJ. Mas apostou também numa resposta às legítimas expectativas dos trabalhadores no desenvolvimento do seu percurso profissional nas respetivas carreiras, promovendo a abertura de procedimentos concursais de promoções para acesso a categorias superiores no Corpo da Guarda Prisional, nas carreiras do pessoal de reeducação e reinserção social e ainda na carreira dos oficiais de justiça.

Durante esta legislatura, foi ainda trabalhada e publicada em BTE uma proposta de novo Estatuto para os oficiais de justiça que, por força das circunstâncias conhecidas, não foi possível negociar com os Sindicatos.

Uma palavra ainda para a Estratégia definida para a área do edificado da justiça, tendo como objetivo final assegurar instalações condignas e adequadas a uma melhor prestação do serviço da justiça ao cliente/cidadão/utente.

Logo em junho de 2022, definimos como prioridade máxima o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa, recomendação que vinha sendo efetuada há alguns anos, quer por organismos nacionais, quer por organismos internacionais, e cujas condições vêm suscitando algumas condenações do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e pedidos de indemnização, por condições degradantes. Para tal, foi aprovada em novembro de 2022 uma Resolução do Conselho de Ministros que permitirá realizar o investimento necessário para atingir tal desiderato, até 2026.

Definimos também um inédito Programa Plurianual de Investimentos na área da justiça, materializado na aprovação de 3 Resoluções do Conselho de Ministros, que vão permitir o investimento, até 2027, na requalificação e modernização das infraestruturas da justiça, abrangendo obras em tribunais de 1.ª instância, estabelecimentos prisionais, centros educativos, edifícios afetos à Polícia Judiciária e ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, a instalação de Pólo a norte do Centro de Estudos Judiciários em Vila do Conde e do Tribunal Central Administrativo Centro em Castelo Branco, bem como o investimento sustentado na renovação da frota automóvel e de equipamentos diversos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Uma outra área de preocupação deste Governo foi a racionalização do património devoluto e sem utilização prevista, tendo sempre presente a necessidade da sua reabilitação e afetação a fins públicos diversos, e para o qual procurámos encontrar soluções variadas, desde a transferência da sua gestão para entidades com vocação habitacional, até à sua rentabilização e/ou alienação, o melhor aproveitamento dos espaços de justiça

tendo em vista a redução de encargos com rendas do Ministério, ou ainda a sua afetação a outros fins públicos, dentro ou fora do Ministério da Justiça.

No que à matéria da propriedade industrial diz respeito, este Ministério procurou estreitar as relações com os diferentes públicos-alvo, designadamente através da dinamização de ações de sensibilização sobre a importância da proteção da propriedade industrial nos produtos locais tradicionais, do artesanato e das criações artísticas, em particular nas regiões de menor densidade populacional e pela inauguração da Divisão Local do Tribunal Unificado de Patentes, em Portugal, como marco histórico para a unificação e harmonização da matéria de propriedade industrial no espaço europeu.

Finalmente, e não menos importante, na área da medicina legal, salienta-se a modernização administrativa e tecnológica, de que é epitome o reforço da capacidade de resposta pericial consubstanciado na aquisição de equipamentos de imagiologia para a realização de autopsias virtuais. A modernização e aperfeiçoamento tecnológico permitiu robustecer a resposta pericial e com isso, reduzir de forma inédita a recuperação na emissão dos relatórios médico-legais em 90% no final de 2023.

Pessoas e tecnologia

A concretização de uma Justiça simultaneamente mais próxima, mais humana, mas igualmente mais eficiente e inovadora foi, desde o início, um dos pilares para trabalho entendido pelo XXIII Governo Constitucional para esta área governativa.

A transformação da Justiça implica uma perspetiva multidimensional centrada nas pessoas, nos processos e na tecnologia para uma melhor resposta aos cidadãos e para imprimir maior competitividade às empresas.

Digitalizar a Justiça ultrapassa o simples investimento tecnológico, ao aportar uma necessidade profunda de repensar a forma de disponibilização dos serviços, focados na perspetiva dos cidadãos e das empresas, nas suas necessidades, na sua localização geográfica ou até no seu contexto de utilização ou nas barreiras tecnológicas que é necessário ultrapassar.

Por outro lado, digitalizar impõe ainda um trabalho profundo interno ao serviço dos utilizadores da Justiça. Nos tribunais, a completa desmaterialização dos processos, com a revisão dos sistemas, das interfaces personalizadas para cada utilizador, da infraestrutura tecnológica, com mais resiliência e segurança reforçadas.

E é ainda fundamental o investimento nas pessoas. Esta prioridade passa pela atração de novos trabalhadores para a causa pública, seja nos tribunais, nos registos ou na propriedade industrial, para garantir a necessária renovação, a incorporação de novos conhecimentos e de novas ideias e de práticas, de um novo fôlego, tão essencial para o serviço público.



Pedro Ferrão Tavares, Secretário de Estado da Justiça

Foi em 2023 que foi finalmente iniciado o processo de recrutamento plurianual de funcionários das carreiras especiais para os Registos, algo que não se verificava há mais de 23 anos.

Mas este investimento no capital humano passa igualmente pela fundamental capacitação dos atuais trabalhadores para os novos desafios dos dias de hoje: da gestão, da tecnologia, da liderança e nos métodos e desenho dos novos serviços para os cidadãos.

Foi nestas linhas de atuação em que foi particularmente relevante o investimento do Plano de Ação Justiça +, suportado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Ao longo dos últimos dois anos, foi empreendida uma reforma de fundo na transformação da Justiça, cujo impacto que se prolongará para lá do PRR:

- Numa perspetiva de renovação total dos sistemas dos tribunais, com o ecossistema eTribunal, incluindo as várias interoperabilidades e automatismos que retiram trabalho manual e promovem a eficiência, ou ainda com a total renovação de equipamentos de salas de audiência e de salas de audição de menores.
- Na investigação criminal, com equipamentos topo de gama para a Polícia Judiciária, para o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses ou ainda na renovação em curso na Procuradoria-Geral da República.
- Na mudança dos Registos, pensada numa perspetiva transversal de serviços público e fundada em novos ciclos de vida do cidadão, empresa e dos bens móveis, que permitiu por exemplo, reduzir o tempo de criação de uma empresa para 10 minutos, ou aumentar significativamente a eficiência no tratamento dos processos de nacionalidade, com mais interoperabilidades e inteligência artificial, reduzindo pendências, ou em oferecer novos serviços inovadores que promovem a coesão, como a Plataforma de Atendimento à Distância.
- Num investimento e aposta do Governo em assegurar a aceleração do conhecimento do território, através do Balcão Único do Prédio, que já permitiu conhecer mais de

30% do território que não tinha cadastro da propriedade rústica, através da forte utilização de tecnologia, mas com total humanização.

- Ou ainda em investimentos claros na promoção da competitividade nacional e da ciência e do conhecimento, através da renovação de sistemas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial e ainda com o contributo de mais meios humanos para avaliação de patentes.

Todo este investimento está ainda alicerçado em parcerias com as instituições de referência de ensino superior na área da gestão, para formar mais de 150 líderes, ou ainda em capacitar mais de 1500 funcionários dos registos e do BUPi nos novos sistemas já disponíveis ou em desenvolvimento.

E passa igualmente por criar maior proximidade com o tecido de inovação, tanto da academia, como de start-ups com a justiça, de forma acelerar o processo de digitalização e de partilha de boas práticas, através do programa Govtech Justiça.

Estes 23 meses de trabalho representaram pois, um momento de consolidação de um trabalho de renovação, de modernização, de digitalização, mas também de motivação para um processo que necessita de acompanhamento e de medição de impacto – que está a ser realizado através de entidades independentes – mas também de forte transparência e de comunicação dos seus resultados, para garantir que se trata de um processo irreversível de transformação para uma Justiça cada vez mais próxima e humana que serve todos os Cidadãos por igual.

GRANDES LINHAS DE AÇÃO

MAIS RECURSOS HUMANOS

- ✓ 270 vagas para futuros magistrados
- ✓ 200 oficiais de justiça
- ✓ 400 oficiais de registos, 70 conservadores
- ✓ 1.100 trabalhadores nas carreiras da PJ (até 2026)
- ✓ 105 técnicos de Reinserção Social
- ✓ 136 guardas prisionais

MAIS HUMANIZAÇÃO

- ✓ 1ª Estratégia Nac. para os Direitos das Vítimas de Crime
- ✓ 4 novos Gabinetes de Apoio à Vítima (Leiria, Setúbal, Aveiro e Porto-Este)
- ✓ Telefones fixos nas celas dos estabelecimentos prisionais
- ✓ Lançamento do Portal + Inclus@o
- ✓ Revogação da possibilidade de internamento ilimitado de cidadãos inimputáveis
- ✓ 66 casas função cedidas para arrendamento acessível

MAIS EDIFICADO E EQUIPAMENTOS

- ✓ Encerramento do EPL - 24M€
- ✓ Requalificação do novo edifício da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em Faro - 4,9M€
- ✓ Construção, ampliação e requalificação de instalações afetas a tribunais e PJ de Braga - 26,2M€
- ✓ Plano de Investimentos para a Justiça 2023-2027 – 200M€
- ✓ 22,9M€ para a Polícia Judiciária
- ✓ 106,8M€ para os Tribunais (inclui CEJ em Vila do Conde e TCA em Castelo Branco)
- ✓ 53,5M€ para Serviços Prisionais e Centros Educativos (inclui 16,3M€ para viaturas e outros equipamentos)
- ✓ 17,4M€ para a Medicina Legal e Ciências Forenses (inclui nova Delegação Norte)

MAIS COMBATE À CORRUPÇÃO E NOVA CRIMINALIDADE

- ✓ Instalação do MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção com financiamento de 3M€ (através do Orçamento do Estado e do PRR)
- ✓ Mais 1.100 trabalhadores na PJ (2/5 afetos ao combate à corrupção)
- ✓ Aumento de 40% dos efetivos da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ
- ✓ Novo laboratório de perícias informáticas e digitais da PJ (1º trimestre de 2024)
- ✓ Novo laboratório de Toxicologia da PJ Madeira

MAIS ACESSO À JUSTIÇA

- ✓ 2 novos Julgados de Paz em Figueiró dos Vinhos e Santo Tirso e protocolo para abertura na Figueira da Foz
- ✓ 3 novos Centros de Arbitragem (Açores, Funchal e Centro de Arbitragem Marítimo)
- ✓ Mais de 750 processos online na Plataforma RAL+
- ✓ Mais de 42 mil respostas no Guia Prático da Justiça
- ✓ Mais de 57 mil CC gratuitos para crianças até 1 ano

MAIS INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

- ✓ Renovação dos sistemas do Registo - 21,5 M€
- ✓ Renovação total do parque informático do IRN - 2,8 M€
- ✓ Substituição do parque informático nos tribunais
- ✓ Renovação tecnológica das salas de audiências e salas de acolhimento e audição de crianças - 15M€

MAIS EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

- ✓ eTribunal: nova interface para mandatários e novas versões das interfaces para magistrados e procuradores
- ✓ 3 mil peças entregues nos Tribunais Administrativos e Fiscais com mais de 10MB
- ✓ 6 mil horas de trabalho poupadas/ano com dispensa de gravação de processos judiciais em CDs
- ✓ 23 mil processos em fase de registo agilizados, de imediato, com a nova Plataforma da Nacionalidade

MAIS CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

- ✓ 2 milhões de propriedades georreferenciadas
- ✓ (30% da área georreferenciada)
- ✓ 10M€ para operacionalizar o BUPi nos municípios no Centro e Norte
- ✓ Mais 5 municípios da Madeira somados aos 145 do continente que já integram o BUPi
- ✓ Solicitadores apoiam identificação de propriedades com interligação entre GeoPredial e BUPi
- ✓ Novo visualizador da plataforma BUPi

MAIS JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL

- ✓ Melhoria da gestão judiciária (dotando a jurisdição de capacidade de autogestão e organização);
- ✓ Novo Tribunal Central Administrativo do Centro em Castelo Branco
- ✓ Especialização na segunda instância
- ✓ Reforço dos recursos humanos
- ✓ Mecanismo de incentivo à extinção da instância por negócio processual

MAIS JUSTIÇA ECONÓMICA

- ✓ Plataforma de simplificação Empresa Online 2.0
- ✓ (permite criar uma empresa online em 10 minutos)
- ✓ Funcionamento do Tribunal Unificado de Patentes, com delegação local em Lisboa
- ✓ Novo Portal da Propriedade Industrial da Lusofonia
- ✓ Guia prático da Justiça com respostas sobre a criação de empresas

MAIS FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

- ✓ Novo polo de formação de magistrados em Vila do Conde
- ✓ 100 dirigentes e gestores de projeto formados pelo LAB Justiça em parceria com universidades
- ✓ 50 trabalhadores na 2ª edição do LAB Justiça, no Porto
- ✓ 16 Workshops de Inovação em curso

MEDIDAS CONCRETIZADAS

Proteger os mais vulneráveis ao cuidado da justiça

Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de Crime

Foi aprovada, em Conselho de Ministros, a primeira Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de Crime – END_Vítimas de Crime 2024-2028. É um instrumento inovador na área dos **direitos das vítimas**, por se destinar de forma transversal, independentemente da tipologia de crime em causa, a todas as vítimas. Esta estratégia resultou do grupo de trabalho criado por despacho conjunto do Governo e contou com a participação de diversas **áreas governativas, de organizações não governamentais e da academia**. Com **seis eixos estratégicos**, o documento estabelece objetivos gerais e específicos e medidas concretas a desenvolver no âmbito da proteção das vítimas de crime, como alargar o acesso aos serviços de apoio à vítima e acautelar a participação da vítima no processo penal. A 1ª reunião da estrutura de coordenação e acompanhamento da execução da END_Vítimas de Crime 2024-2028 realizou-se a 21 de fevereiro. Em março, a Ministra da Justiça partilhou a estratégia portuguesa no Conselho de Ministros da Justiça e Assuntos Internos, que decorreu sob a presidência belga do Conselho Europeu.



Amnistia

A aprovação da proposta de lei que estabeleceu o **perdão de penas** e amnistia de infrações praticadas por **jovens**, com **entre 16 e 30 anos de idade**, no quadro da realização em Portugal da **Jornada Mundial da Juventude**.

Renovação de documentos de identificação dos reclusos

Foi alterada a portaria relativa às taxas de **emissão do cartão de cidadão**, com vista a facilitar a comprovação da insuficiência económica dos reclusos para efeitos de **isenção de taxas** pela renovação do cartão de cidadão (Portaria n.º 149/2023, de 1 de junho).

Instalação de Balcões SNS 24 nos Estabelecimento Prisional

Em julho de 2022, foi realizada a primeira **teleconsulta** em Balcão SNS 24 num **estabelecimento Prisional**, em resultado de um projeto conjunto das áreas governativas da **Justiça e da Saúde**, que também abrange os **centros educativos**



e hospitais prisionais. Atualmente, existem 52 Balcões SNS 24 em todos os EP e Centros Educativos, permitindo-se aos **cidadãos privados da liberdade** e **jovens sujeitos a medida tutelar de internamento** o acesso a teleconsultas agendadas em qualquer unidade de saúde do SNS. Em articulação com o Ministério da Saúde, foi desenvolvida a funcionalidade de acesso, a partir dos serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais, ao sistema de informação do SNS, criando condições para a **integração do processo clínico individual** dos reclusos no sistema de informação do SNS, permitindo a continuidade da histórica clínica individual.

Cooperação sobre reclusos que apresentem lesões à entrada dos EP

Foi estabelecido um protocolo de cooperação entre a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Inspeção-Geral da Administração Interna e a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça definindo os **procedimentos de comunicação e articulação** entre estas entidades com vista à célere tomada de declarações aos detidos, reclusos ou internados que, aquando do ingresso nos **estabelecimentos prisionais**, apresentem **lesões** e/ou aleguem ter sido vítimas de **ofensas à integridade física** no âmbito de custódia policial.

Gabinetes de Apoio à Vítima

A rede de Gabinetes de Apoio à Vítima foi reforçada com **quatro novos gabinetes** nos Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP) das comarcas de **Leiria, Setúbal, Aveiro e Porto-Este**.



assim, foi possível honrar o compromisso assumido de abertura de dois novos gabinetes por ano. Estes serviços foram garantidos por meio da celebração de protocolos com a Procuradoria-Geral da República, com a Cáritas Diocesana de Aveiro e a Associação para o Desenvolvimento de Figueira. Além disso, os **protocolos de cooperação** com a Associação de Mulheres Contra a Violência, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e União de Mulheres Alternativa e Resposta originalmente assinados em 2019, foram renovados.

Alterações ao Código Penal

Introdução de alterações aos artigos do Código Penal relacionados com crimes contra a **identidade cultural e integridade pessoal**, como a **discriminação e incitação ao ódio e violência**, e nos crimes contra a **liberdade e autodeterminação sexual de menores**, como o critério para a contagem dos **prazos de prescrição do procedimento criminal**, os meios usados para prática do

crime de **pornografia de menores**. Foi também criado um tipo de ilícito de utilização indevida de receitas da União Europeia, por alteração ao Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro.

Proteção de vítimas de violência sexual

Assinatura de um protocolo de cooperação entre as áreas governativas da Justiça e da Igualdade e Migrações e as associações «Associação de Mulheres contra a Violência» e «Quebrar o Silêncio», foi possível financiar as **respostas especializadas de apoio, atendimento e proteção de vítimas de violência sexual**. As-



sim, tornou-se possível prosseguir medidas de prevenção do risco de vitimização e implementar medidas de informação e sensibilização da população. Através deste protocolo, celebrado no âmbito da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, foi atribuído um **aumento de 10%** ao financiamento anterior – sendo que o protocolo envolve agora uma verba de quase 300 mil €/ano.

Obras em todos centros educativos

Realizou-se um levantamento exaustivo de todas as necessidades de intervenção a efetuar em cada um dos **6 centros educativos**. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) na área da Justiça 2023-2027 contempla **13,2M€** para obras em todos os centros educativos.



Unidade terapêutica “Casa Amarela” para jovens internados

Criação de condições para a instalação da unidade terapêutica “**Casa Amarela**”, destinada a jovens internados em centros educativos e anexa ao Centro Educativo da Bela Vista, através da realização de adaptações do espaço físico às **finalidades terapêuticas** que a terão lugar no edifício. Este espaço vai oferecer uma **resposta multidisciplinar** aos **jovens em cumprimento de medida de internamento** que são, na maioria, oriundos da Grande Lisboa. Esta Unidade Terapêutica é especialmente importante



dada a elevada incidência de problemas de saúde mental nos jovens que cumprem medidas tutelares educativas, em especial medidas de internamento em centro educativo e terá a dupla função de prestação de cuidados de saúde mental e de realização prática das medidas tutelares de internamento.

Reforçar a proteção de menores e jovens em perigo

Foi criado um grupo de trabalho para apoiar revisão da **Lei Tutelar Educativa**, através de Despacho conjunto dos Ministérios da Justiça, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Este GT deverá submeter um relatório final, em forma de **proposta de lei**, com sugestões de alteração à Lei Tutelar Educativa e a outros diplomas legais necessários.

Melhoria das condições de transporte dos reclusos

Em julho de 2022, foram entregues 9 viaturas celulares ligeiras aos estabelecimentos prisionais e ao Grupo de Intervenção e Segurança Prisional (GISP). Estas viaturas integram um lote total de 28. Em 2024 serão entregues mais 7 veículos especiais de segurança prisional.



A renovação do parque automóvel da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) foi uma prioridade no quadro da disponibilização de meios para melhorar as condições de transporte dos reclusos e as condições de trabalho daqueles que necessitam destes veículos para exercer as suas funções. Por isso, a aquisição destas viaturas integrou o Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027 e inclui a **renovação de 154 veículos especiais de segurança prisional e de 121 veículos de serviços gerais**.

Encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa

Foi lançado o processo de **encerramento gradual** do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) com a aprovação da despesa plurianual para a realização de diversas empreitadas no parque penitenciário, num investimento total de **24M€** a concretizar até 2026.

No âmbito da 1.ª fase do processo de encerramento do EPL, estão a decorrer as obras de reabilitação do Pavilhão 3 do EP de Tires. Prevê-se que esta obra esteja concluída no 1.º semestre de 2024, permitindo receber cerca de **160 reclusos** do EPL. Iniciaram-se também recentemente, após visto do Tribunal de Contas (02/10/2023), as empreitadas de adaptação e remodelação dos Pavilhões Prisionais Tipo nos EP do Linhó, Sintra e Alcoentre (2.ª fase da estratégia), cuja conclusão está prevista para o 2.º semestre de 2024. Por último, estão em fase de contratação os

projetos de arquitetura para as intervenções a realizar no Reduto Norte do EP Caxias e num segundo Pavilhão a construir de novo no EP Tires, que compõem a capacidade necessária para instalar todos os reclusos do EPL e encerrar definitivamente aquele edifício.



Obras de reabilitação do Pavilhão 3 do Estabelecimento Prisional de Tires, que vai receber as primeiras pessoas privadas de liberdade a saírem do EPL.

Melhoria das condições de privacidade em Estabelecimentos Prisionais

A DGRSP encetou um trabalho de levantamento intenso que conduziu à identificação dos Estabelecimentos Prisionais que careciam de obras tendo em vista prosseguir o objetivo de **melhorar as condições de privacidade e de alojamento** nos espaços concebidos inicialmente como individuais, bem como dos espaços coletivos. No total, a DGRSP realizou obras em **29 estabelecimentos prisionais**, que consistiram fundamentalmente em criar privacidade no espaço reservado à sanita por forma a que o recluso não fosse visualizado pelos restantes ocupantes da

cela ou camarata. Paralelamente outros trabalhos de beneficiação foram executados tais como pinturas, novos revestimentos, colocação de novas torneiras e peças sanitárias.

Outras intervenções no alojamento dos Estabelecimentos Prisionais

Dando continuidade à melhoria das condições de alojamento, têm vindo a ser executadas diversas intervenções em Estabelecimentos Prisionais, como, por exemplo:

- **EP Faro** - Substituição das caixilharias e remodelação das celas, camarata e balneário
- **EP Lamego** - Substituição das caixilharias
- **EP Ponta Delgada** - Reabilitação da Ala Direita do Piso 2
- **EP Torres Novas** - Aquisição de materiais para reabilitação da camarata grande
- **EP Covilhã** - Aquisição de materiais para reabilitação de celas da Quinta de São Miguel
- **EP Pinheiro da Cruz** - Aquisição de módulos pré-fabricados para sala aula
- **EP Castelo Branco** - Remodelação dos Serviços Clínicos

As intervenções incluem a melhoria do sistema de água quente de vários estabelecimentos prisionais, abrangendo a substituição e reparação de diversos equipamentos das centrais térmicas.

Instalações para mulheres detidas no EP de Ponta Delgada

Foi reabilitada uma camarata feminina no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada para receber mulheres detidas, por um período de transição, antes de serem transferidas para a ala feminina do EP de Angra do Heroísmo, em condições de dignidade.

Telefone fixos nas celas

Foi aprovado o decreto-lei que altera o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais e que vem permitir a instalação de aparelhos de telefone fixos nas celas, contribuindo para reforçar a manutenção e reforço dos laços familiares e afetivos, essenciais para o sucesso do processo de reinserção social das pessoas detidas. Na fase piloto foram **instalados 824 telefones** nos **EP do Linhó, Odemira, Sta. C. Bispo Feminino, Caldas da Rainha e Silves**. O procedimento concursal para a instalação dos equipamentos telefónicos em todo o sistema foi lançado a 17 de novembro de 2023 e adjudicado a 28 de fevereiro de 2024.

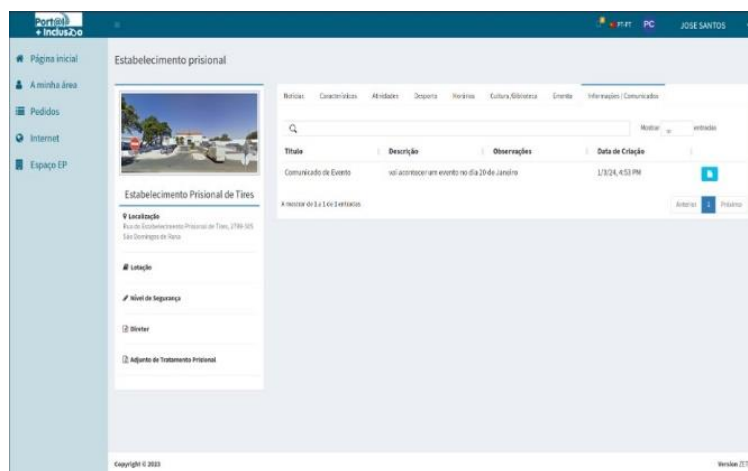
Mais cuidados de saúde mental para inimputáveis

inauguração de uma sala de **Estimulação Multissensorial de Abordagem Snoezelen**, com finalidade terapêutica, na ala de internamento de inimputáveis do Estabelecimento Prisional Masculino de **Santa Cruz do Bispo**.

Nova Lei de Saúde Mental

Com a nova Lei de Saúde Mental o internamento compulsivo dá lugar de lugar à figura do **tratamento involuntário**, preferencialmente em regime de ambulatorio e só excepcionalmente através de internamento. Cessou também a possibilidade de prorrogação sucessiva das medidas de segurança de internamento de cidadãos inimputáveis.

Reforço dos direitos de cidadania dos cidadãos privados de liberdade



lançamento, no Estabelecimento Prisional de Tires, do piloto do Portal + Inclus@o, uma plataforma que permite aos **cidadãos privados de liberdade** passar a aceder a informações do **processo individual**, apresentar **pedidos internos**, conhecer atividades promovidas nos estabelecimentos prisionais e aceder, de forma segura, a **páginas de internet específicas**. Estes acessos serão disponibilizados através de uma tecnologia segura e monitorizada pela DGRSP.

O portal irá inicialmente funcionar como projeto-piloto em **Tires, na Carregueira e em Leiria-Jovens**, abrangendo um total de **1.700 reclusos**. Está também em desenvolvimento o **portal do trabalho prisional**, que funcionará como forma de divulgação do regime do trabalho e dos produtos e serviços disponibilizados em meio prisional.

Regulamento para crianças que permaneçam com pais em meio prisional

Foi aprovado pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais do Ministério da Justiça um regulamento que visa salvaguardar os **direitos das crianças que permaneçam com os progenitores**



em estabelecimento prisional, assegurando-lhes um ambiente securizante e adequado ao seu **desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social**, o mais aproximado possível e tendo por referência a vida social comum, favorecendo os vínculos sociais e os contatos com familiares e entes significativos.

Este instrumento cobre aspetos como o ingresso e acolhimento das crianças, a avaliação do seu bem-estar físico e psíquico e das suas necessidades de intervenção individuais, em particular ao nível dos cuidados de saúde, as condições de alojamento, alimentação, cuidados de saúde, acesso a atividades lúdicas e pedagógicas, **incluindo serviço de creche, preservação da relação entre criança e progenitora e com outros familiares e definição de um projeto de vida para cada criança**. O regulamento tem em conta as recomendações do Comité Europeu de Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes, bem como a Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa respeitante a crianças com pais privados da liberdade.

A presença de crianças em contexto prisional na companhia das respetivas mães foi regulada, pela primeira vez, com a lei de execução das penas de 1979, entretanto substituída pelo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, em 2009, que prevê hoje o direito “a manter consigo filho até aos **três anos de idade ou, excecionalmente, até aos cinco anos**, com autorização do titular do poder paternal, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias”.

Intervenção no quadro da Jornada Mundial da Juventude

A área governativa da Justiça foi uma das áreas incluídas na Comissão de Acompanhamento que funcionou junto do Grupo de Projeto para a **JMJ 2023**, através da RCM 102/2022, de 28 de outubro. Desde logo, foi celebrado um protocolo entre a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)



e a Fundação MJM para a **participação dos reclusos detidos nos estabelecimentos prisionais de Coimbra, Paços de Ferreira e Porto na construção de 150 confessionários destinados ao “Parque do Perdão”**, permitindo assim o envolvimento da população reclusa na preparação da MJM necessário promover várias diligências para assegurar a capacidade de **resposta dos Tribunais** durante a MJM 2023.

A Polícia Judiciária participou, com as restantes entidades envolvidas, na definição e implementação da estratégia de segurança para a MJM, elaborando um detalhado plano setorial que foi apresentado e aprovado no Gabinete do Coordenador de Segurança, com a participação da Ministra da Justiça e do Ministro da Administração Interna.

Antecipando que os participantes na MJM 2023, em caso de **perda do seu cartão de cidadão** ou **necessidade urgente de viajar para a União Europeia sem documento de identificação válido**, pudessem ter urgência na obtenção de novo documento de identificação (designadamente para circulação/ regresso via área), nos dias 03 e 04 agosto, o serviço do **IRN** no Campus da Justiça esteve a funcionar permitindo a emissão do cartão provisório e a sua **obtenção imediata**, bem como o **levantamento de pedidos urgentes** e muito urgentes apresentados noutros locais de Registo nos dias antecedentes.

Foi ainda assegurado, nos dias em que decorreu a MJM, todo o serviço urgente dos Tribunais, nomeadamente o previsto na lei da organização do sistema judiciário, no Código de Processo Penal, na lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal, na lei de saúde mental, na lei de proteção de crianças e jovens em perigo e no regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Reformar a justiça administrativa

Estatísticas dos TAF e dos TCA

A disponibilização de estatísticas dos Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF) e Tribunais Centrais Administrativos (TCA) no Sistema de Informação dos Tribunais Administrativos e Fiscais (SITAF) e no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) veio promover a **transparência**.



Plano de Ação Estratégica para a Justiça Administrativa e Fiscal

Foi elaborado o Plano de Ação Estratégica para a Justiça Administrativa e Fiscal contém 50 medidas, com **5 objetivos essenciais: melhorar a gestão judiciária, otimizar o desempenho nos tribunais superiores, simplificar e agilizar a ação processual, consolidar a transformação digital e reforçar os recursos humanos**. Para concretização deste plano estratégico, foi aprovado um primeiro pacote de medidas, de onde se destacam, como pontos mais significativos:

- A **extensão da especialização à segunda instância**, introduzida em 2019 na primeira instância, e que revelou ser uma das medidas mais eficientes para o aumento da rapidez e promoção da qualidade das decisões judiciais.
- **Atribuição de autonomia administrativa e financeira do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais**, dispondo de orçamento próprio, inscrito nos encargos gerais do Orçamento do Estado. Esta medida foi aprovada pelo Decreto-lei 31/2023, de 5 de maio.
- Assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal de Castelo Branco que vai permitir esta instalação do **Tribunal Central Administrativo do Centro**. É o terceiro TCA em 20 anos e terá um contributo fundamental para a diminuição das pendências na 2ª instância da jurisdição administrativa e fiscal, tantas vezes apontadas como o grande entrave da justiça económica. A entrada em funcionamento deste tribunal vai permitir transitar para o novo TCA os processos pendentes provenientes da área de jurisdição que lhe vier a ser atribuída e do aumento dos recursos humanos afetos à segunda instância.

Combater a corrupção e a nova criminalidade

Lei de Política Criminal para o biénio de 2023-2025

Foi publicada a Lei de Política Criminal para o biénio de 2023-2025, que reforça a prevenção, repressão e redução da criminalidade altamente organizada e de fenómenos como, por exemplo, **o terrorismo, a violência doméstica, a violência de género, os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, os crimes de auxílio à imigração ilegal, incêndio florestal, contra a natureza e o ambiente e a criminalidade rodoviária**; promove a **proteção das vítimas de crime, em particular as especialmente vulneráveis, incluindo crianças e jovens, mulheres grávidas e pessoas idosas, doentes, pessoas com deficiência e imigrantes**; e garante o acompanhamento de pessoas acusadas ou condenadas com vista à posterior **reintegração na sociedade**.

Regulação do acesso aos metadados

Foi submetida ao Parlamento a **proposta de lei** aprovada pelo Governo para regular o acesso aos metadados relativos a **comunicações eletrónicas para fins de investigação penal**.

Comunicação de autos totalmente digital

Assinatura de protocolo entre a **Administração Interna** e a **Justiça** para a total desmaterialização da comunicação dos autos, entre o **Ministério Público (MP)**, os tribunais, a **Guarda Nacional Republicana (GNR)** e a **Policia de Segurança Pública (PSP)**. Esta medida permitirá reduzir



custos com pessoal, em viagens, no consumo de papel e arquivo documental de todas as partes envolvidas com base na **interoperabilidade** dos respetivos sistemas de informação.

Combate à corrupção desportiva

A plataforma nacional destinada ao tratamento da **manipulação de competições desportivas**, em linha com a Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas, foi lançada com a coordenação da **Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária (UNCC)**. Trata-se de um dos maiores avanços no combate aos comportamentos antidessportivos e à corrupção no Desporto.

Inauguração do novo Laboratório de Toxicologia da PJ na Madeira

Foram realizadas obras de renovação do Laboratório de Polícia Científica no Departamento de Investigação Criminal da **Madeira**, que passou a abranger a **área de drogas e toxicologia**.



Além de novas capacidades laboratoriais, o investimento na adaptação das instalações permitiu um melhor aproveitamento do espaço, que passa a oferecer condições de trabalho mais adequadas aos atuais e futuros elementos do Departamento de Investigação Criminal da Madeira.

Reforçar os recursos humanos da Polícia Judiciária

A aprovação do Plano de Recrutamento Plurianual para a Polícia Judiciária (PJ) representa o **maior reforço de sempre** dos quadros da PJ, **com 1100 efetivos até 2026**, para robustecer as carreiras de investigação criminal, especialista de polícia científica e segurança da Polícia Judiciária. No último ano, a PJ teve um reforço de **218 inspetores e 138 especialistas de polícia científica**. Desde 2018, a **Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ** teve um aumento de **40% do seu efetivo**.

Investimento em tecnologias emergentes

Lançamento do **BALCAT**, um projeto com elevado impacto na investigação criminal que permitiu a automatização do processo de **identificação dos tipos, marcas e modelos de armas** provavelmente responsáveis pela deflagração de elementos municipais suspeitos, tendo por base a utilização de técnicas de inteligência artificial, nomeadamente redes neurais convolucionais.

Novo laboratório de perícias informáticas e digitais da PJ



Instalação do Laboratório Nacional Digital Forense, que aumentará exponencialmente a capacidade da PJ na realização das **perícias informáticas e tecnológicas**.

Instalação Mecanismo Nacional Anticorrupção

Foi concluído do processo que permitiu a entrada em funcionamento do **MENAC**. Foi regulada a sua instalação, nomeado o Presidente – por resolução do Conselho de Ministros e na sequência de proposta conjunta do Presidente do Tribunal de Contas e da Procuradora-Geral da República –, o vice-presidente, o secretário-geral e constituídos os seus órgãos. Foram também criados o mapa de pessoal dirigente e o mapa de pessoal de apoio técnico e



administrativo, que conta com quase três dezenas de elementos; e foram concluídas as obras de adaptação das instalações que acolhem esta entidade.

Este mecanismo, criado no quadro da Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) para promover a transparência e a integridade na ação pública e para garantir a efetividade de políticas de prevenção da corrupção e de infrações conexas, dispõe, para 2023, de uma dotação orçamental superior a **2ME**.

O processo de instalação desta entidade foi concluído em menos de um ano, tendo-se iniciado com a publicação em Diário da República da Portaria n.º 164/2022, de 23 de junho, e concluído com a publicação da Portaria n.º 155-B/2023, de 6 de junho, assinada pelos Ministros da Justiça e das Finanças, que declara a **instalação definitiva do MENAC**. Neste período, foram criadas as condições materiais necessárias ao início da sua atividade e à sua entrada em funcionamento. Importa ainda referir que, o Ministério da Justiça diligenciou, ainda em março, junto do MENAC e da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) a disponibilização de **996 mil € do PRR** para o desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da ENAC. Este valor acresce ao já referido orçamento disponibilizado ao MENAC.

Investir no edificado e gerir os meios da justiça

Plano Plurianual de Investimentos na área da Justiça 2023-2027



Foi aprovado, em outubro de 2023, o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** na Área da Justiça 2023-2027, num montante total de **200M€**. Este investimento abrange tribunais, estabelecimentos prisionais e centros educativos e instalações da Polícia Judiciária e do INMLCF, assim como empreitadas para o Polo do Centro de Estudos Judiciários e para o Tribunal Central Administrativo Centro:

- **106,8M€** para os Tribunais;
- **53,5M€** para Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos (inclui 16,3M€ para viaturas e outros equipamentos);
- **22,9M€** para a Polícia Judiciária;
- **17,4M€** para o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, referente ao novo edifício da Delegação do Norte).

A aprovação do PPI representou uma linha de continuidade no que respeita à programação plurianual de investimentos na área da justiça, iniciada através da:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2022, de 29 de novembro, relativa ao encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa, com um investimento de **19,5M€**

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2023, de 21 de março, relativa à requalificação do novo edifício da Diretoria do Sul (Faro) da Polícia Judiciária, com um investimento de 4,9M€;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2023, de 14 de junho, relativa a diversas empreitadas de construção/ampliação e requalificação de instalações de tribunais e da Polícia Judiciária no distrito de Braga, com um investimento de 26,2M€.

No total, a programação plurianual de investimentos na área da justiça, a executar até 2027, ascende a 251,3M€.

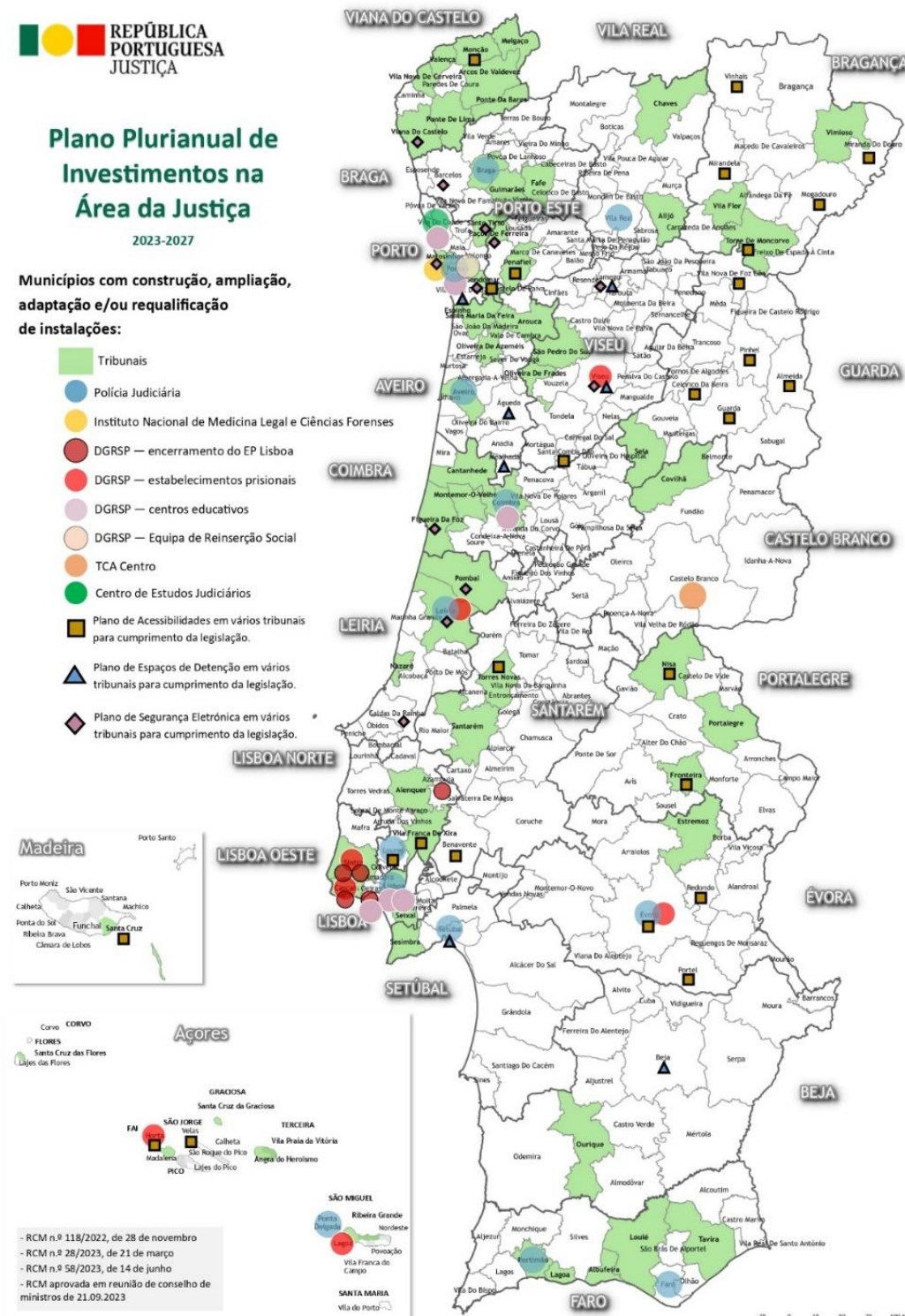
Para a elaboração desta programação foi definida uma estratégia para a área do edificado, assente em 3 Eixos Estratégicos:

- Definição de **prioridades**, avaliadas através de fatores objetivos como a gravidade, a urgência e a tendência do estado das instalações;
- **Racionalização** de Infraestruturas mediante a avaliação da existência de instalações devolutas ou com baixa taxa de ocupação, promovendo uma cultura de aproveitamento de espaços e a redução do número de instalações arrendadas, afetando ainda os que têm aptidão para fins habitacionais a esse específico fim público, em articulação com a área governativa da habitação;
- Recurso a diversas fontes de **financiamento**, com a afetação das verbas do Fundo para a Modernização da Justiça (FMJ) e do Fundo Ambiental para projetos de eficiência energética e articulação com os municípios através da celebração de contratos interadministrativos.

Os critérios considerados na referida Programação Plurianual foram de 5 ordens de razão:

1. O estado das instalações, através da classificação de cada instalação de acordo com critérios objetivos como a Gravidade (G), Urgência (U) e Tendência (T) – Matriz GUT, o que permitiu identificar as instalações onde a premência da ação é mais evidente.
2. A necessidade de dar cumprimento a Protocolos celebrados nas legislaturas anteriores.
3. As necessidades estruturais das sedes de Comarcas, nas quais os serviços judiciários se encontram dispersos, nalguns casos, por 8 instalações judiciárias dentro da mesma cidade, várias delas com elevados encargos de arrendamento, e geradoras de ineficiências de funcionamento. São os casos identificados nas cidades de Coimbra, Leiria, Aveiro, Braga, onde se previu a construção de novas edificações.
4. A necessidade de racionalizar os espaços e diminuir o valor das rendas. Para além dos casos acima indicados, anotam-se ainda os casos, por exemplo, de Santa Maria da Feira, Guimarães, Loulé, Portalegre ou Covilhã, entre outros.

5. A necessidade de dar cumprimento a legislação aplicável, designadamente, no âmbito das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, ou no âmbito da dignificação dos espaços de detenção existentes nos tribunais.



Novo Pólo do Centro de Estudos Judiciários de Vila do Conde

Foi firmada, a 3 de novembro de 2023, a parceria entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de **Vila do Conde** para a instalação do novo Pólo de Formação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) no antigo Convento do Carmo, na zona histórica da cidade. Com a criação deste novo Pólo, o CEJ vai au-



mentar a sua capacidade formativa, indo também ao encontro da maioria dos candidatos a auditores que, segundo um levantamento feito pela instituição, residem na **região norte do país**. O edifício, que será sujeito a obras de remodelação no valor de cerca de **1M€** no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos da Justiça 2023-2027, terá capacidade para **4 salas de formação, 2 auditórios e 12 gabinetes**. Com a entrada em funcionamento **prevista para 2025**, será a primeira vez que o CEJ vai realizar a formação inicial dos futuros magistrados judiciais e do ministério público fora de Lisboa. Esta iniciativa enquadra-se na estratégia de reforço de meios humanos da Justiça, que tem levado o CEJ a abrir, todos os anos, vagas correspondentes à sua capacidade máxima. Entre 2016 e 2023, foram criadas **417 vagas para a Magistratura Judicial, 267 para a Magistratura dos TAF e 581 para a Magistratura do Ministério Público**.

Departamento de Investigação Criminal da Guarda

Foram inauguradas as obras de requalificação e de ampliação do Departamento de Investigação Criminal, na cidade da **Guarda**. O investimento superior a **1,5M€** contemplou várias intervenções nas instalações da Polícia Judiciária, que incidiram na resolução de infiltrações, com impermeabilização da cobertura e fachadas, ampliação do piso superior com capacidade para mais 14 gabinetes, requalificação do piso inferior com uma



sala polivalente, um ginásio, um auditório e cinco novos dormitórios. O investimento incidu ainda na aquisição de novo equipamento tecnológico.

Instalação do novo Tribunal Central Administrativo em Castelo Branco

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) e a Câmara Municipal de Castelo Branco assinaram, a 19 de outubro de 2023, um **protocolo de colaboração** para a instalação do novo Tribunal Central Administrativo (TCA), na Cidade de **Castelo Branco**.



Palácio da Justiça de Beja

Iniciou-se a construção do novo edifício do Palácio da Justiça de **Beja** que vai acolher o **Tribunal Administrativo e Fiscal**, o **Juízo de Família e Menores**, o **Juízo do Trabalho** e o **Juízo Local Cível**, num só espaço físico, moderno, funcional e adaptado às necessidades das várias entidades. O edifício deverá estar concluído em 2024 e contempla uma área bruta de construção de 3.563 metros quadrados num terreno cedido, a título gratuito em direito de superfície, pela Câmara Municipal de Beja, através de **protocolo** celebrado com o Ministério da Justiça.



Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira

Está em fase de conclusão o projeto de arquitetura do novo Palácio de Justiça de Vila Franca de Xira, o que permitirá o subsequente lançamento do procedimento para a respetiva empreitada de construção, no valor de mais de **12M€**, tal como previsto no Plano Plurianual de Investimentos, permitindo assim dar execução ao previsto no Protocolo 1/2018-DGP, celebrado em 2018 entre o IGFEJ e o Município de Vila Franca de Xira.



Palácio da Justiça de Portalegre

Foi publicado, em 29 de novembro de 2023, o anúncio de procedimento para a Empreitada para remodelação e ampliação do edifício do Palácio da Justiça de Portalegre, parcialmente encerrado desde final do ano de 2014, no valor de mais de **2M€**, tal como previsto no Plano Plurianual de Investimentos.

Juízo de Competência Genérica de Sesimbra

Foi publicado, em 26 de dezembro de 2023, o anúncio de procedimento para a empreitada para a **construção** de novo edifício para instalação de **Juízo de Competência Genérica de Sesimbra**, no valor de mais de **4,1M€**, tal como previsto no Plano Plurianual de Investimentos, permitindo assim dar execução ao previsto no Protocolo 11/2017-DGP, celebrado em 2017 entre o IGFEJ e o **Município de Sesimbra**.

Tribunal Central Criminal São João Novo, no Porto

Foi publicado em 14.12.2023 o anúncio de procedimento para a Empreitada de reabilitação geral do edifício do Tribunal de São João Novo, no Porto, no valor de **3,9M€**, tal como previsto no Plano Plurianual de Investimentos.



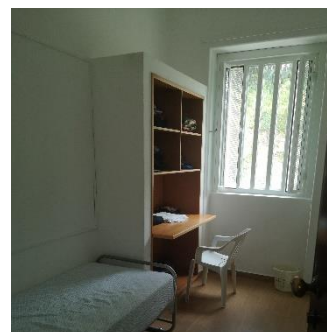
Centro Educativo da Bela Vista

Início e conclusão das obras no Centro Educativo da Bela Vista que vão permitir requalificar toda a **cobertura do pavilhão desportivo**. Foi também concluída a adaptação de um dos espaços à **biblioteca**, equipada pela rede de bibliotecas escolares.



Centro Educativo Padre António de Oliveira

Foram também iniciadas e concluídas as obras de reestruturação do Centro Educativo Padre António de Oliveira, em Caxias, designadamente os quartos, os balneários e os espaços comuns.



Estabelecimento Prisional de São José do Campo

Foi inaugurado o pavilhão Regime Aberto Interior (RAI) e os serviços clínicos do EP São José do Campo, em Viseu, em janeiro de 2023, correspondendo à 2.ª fase da obra de remodelação e adaptação das instalações existentes.

Cadeia de Apoio da Horta



Assinado Protocolo e Contrato Interadministrativo entre o IGFEJ e a **Câmara Municipal da Horta**, tendo em vista a elaboração do projeto tendente à **reabilitação** geral da Cadeia de Apoio da Horta.

Novo Estabelecimento Prisional de São Miguel, Açores



Terminada em 2023 a empreitada de retirada das bagacinas do terreno na Mata das Feiteiras, em Lagoa, e conhecida, também em 2023, a decisão final do Supremo Tribunal Administrativo sobre a impugnação contenciosa do procedi-

mento de **contratação do projeto de arquitetura e especialidades**, e uma vez aprovado o Plano Plurianual de Investimentos, foi possível lançar, em 28 de dezembro de 2023, o novo procedimento para a contratação do referido projeto, no valor de **1,2M€**.

Reabilitação de espaços de detenção dos tribunais

Foram reabilitados **seis espaços de detenção** nos tribunais – **Elvas, Figueira da Foz, Vila Real, Chaves, Bragança e Miranda do Douro** – num investimento aproximado de **600 mil €**. O Plano Plurianual de Investimentos prevê obras no valor de **1M€** para melhorar os espaços de detenção nos tribunais.

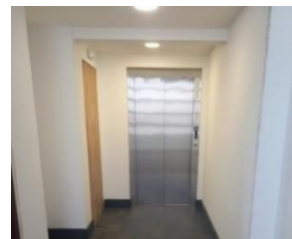


Definição dos objetivos ECO.AP 2030 para os organismos da Justiça

Foram estabelecidos objetivos e metas no quadro do Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública – ECO.AP 2030, para melhorar a **eficiência de consumos energéticos**, incorporar mais **energia de fontes renováveis** e reabilitar edifícios a nível **hídrico e energético**.

Investimento em Acessibilidades

Além das intervenções realizadas, entre 2022 e 2023, e concretizadas em vários Municípios de Portugal Continental, mas também dos Açores e da Madeira, o Plano Plurianual de Investimentos prevê obras no valor de **4,4M€** para melhorar as **acessibilidades nos tribunais**.



Imóveis para arrendamento acessível

As áreas governativas da **Justiça** e da **Habitação** formalizaram dois **protocolos** para a disponibilização de imóveis para arrendamento acessível, **num total de 66**, localizados em **vários concelhos** do país: Alcanena, Alijó, Almada, Almeida, Angra do Heroísmo, Armamar, Arraiolos, Barreiro, Cascais, Castelo de Vide, Castro Daire, Celorico de Basto, Covilhã, Elvas, Évora, Fronteira, Loures, Mação, Marinha Grande, Moimenta da Beira, Montalegre, Oeiras, Oliveira de Frades, Ovar, Peniche, Peso da Régua, Ponta



Delgada, Portalegre, Portel, Povoação, Redondo, Sabugal, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, Santiago do Cacém, Setúbal, Vila Franca de Xira e Vinhais.

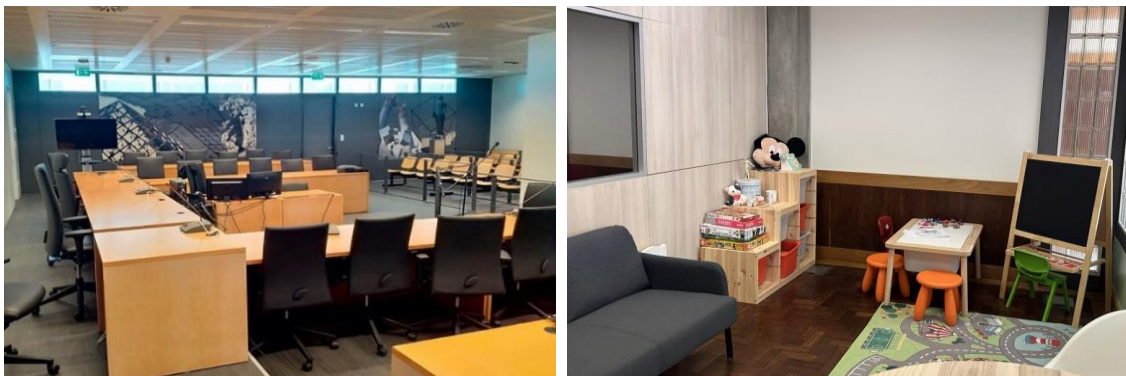
Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em Faro

A Diretoria do Sul da PJ passará a funcionar no ex-edifício da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, na entrada da cidade de Faro, após as necessárias obras de **remodelação e adaptação**. A respetiva empreitada encontra-se adjudicada tendo sido já assinado o respetivo auto



de consignação e iniciadas as obras a 7 de março de 2024. O investimento ronda os **6M€**.

Salas de audiência e de acolhimento e audição de crianças nos tribunais



Criação de salas de **acolhimento e audição de crianças nos tribunais**, dotadas de tecnologia, de mobiliário e equipamento lúdico e didático adequado às diferentes faixas etárias, assegurando as melhores condições técnicas e humanas nas situações em que as crianças têm de contactar com a Justiça. Em 2022, foi possível **equipar 53 salas** de acordo com o projeto. Atualmente encontram-se **concluídas 109 salas**. Em curso, está uma intervenção na Comarca de **Aveiro**, no Juízo de Competência Genérica de **Castelo de Paiva**. Prevê-se mais uma intervenção, na Comarca de **Vila Real**, em **Castelo de Paiva**. Foi lançado um concurso, no valor de **5,4M€**, para renovar as salas de audiência dos tribunais. Este procedimento destina-se à **aquisição dos equipamentos** necessários para **apresentação de prova judicial nos tribunais, através de meios tecnológicos**, e à criação de **salas de acolhimento e audição de crianças**.

Delegação Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal

Lançado, em 04 de dezembro de 2023, o procedimento de aquisição de serviços de elaboração do projeto para a **construção do novo edifício da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses INMLCF** e para prestação de assistência técnica no decurso da empreitada de obra. No total, o investimento atinge **21,4M€**.



Inovar na justiça

Transformação digital dos tribunais

Foi disponibilizada a nova interface para acesso dos **Mandatários** ao **eTribunal**, o ecossistema de aplicações de suporte aos tribunais. Esta interface vai permitir aos **advogados** e os **solicitadores**



accederem às jurisdições Comum e Administrativa e Fiscal num único ponto, dispensando-os de ter de utilizar dois sistemas diferentes. Foram também lançadas as novas versões do **Magistratus** e do **MPCodex**, com funcionalidades acrescidas que vão permitir a tramitação integralmente digital dos processos e procedimentos, e a execução, por magistrados e procuradores, respetivamente, de todas as tarefas no âmbito de **interfaces únicas**.

Protocolo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Foi assinado um protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ), para a promoção de **projetos de investigação e de inovação**, no âmbito da estratégia **GovTech** da Justiça.

Gravações de áudio dos processos judiciais em streaming

As gravações de áudio dos processos judiciais passaram a estar disponíveis em streaming, dispensando aos oficiais de justiça a sua gravação em CDs e aos mandatários a deslocação aos tribunais para a sua recolha. Tendo por base os dados recolhidos junto da Comarca de Lisboa Oeste, é possível estimar que, só em 2023, seriam gravados nos tribunais portugueses mais de

37 mil CDs. Assumindo que essa tarefa toma em média 10 minutos de trabalho a um oficial de justiça, serão mais de **6 mil as horas** que podem alocadas a outras funções.

Plataforma de Atendimento à Distância

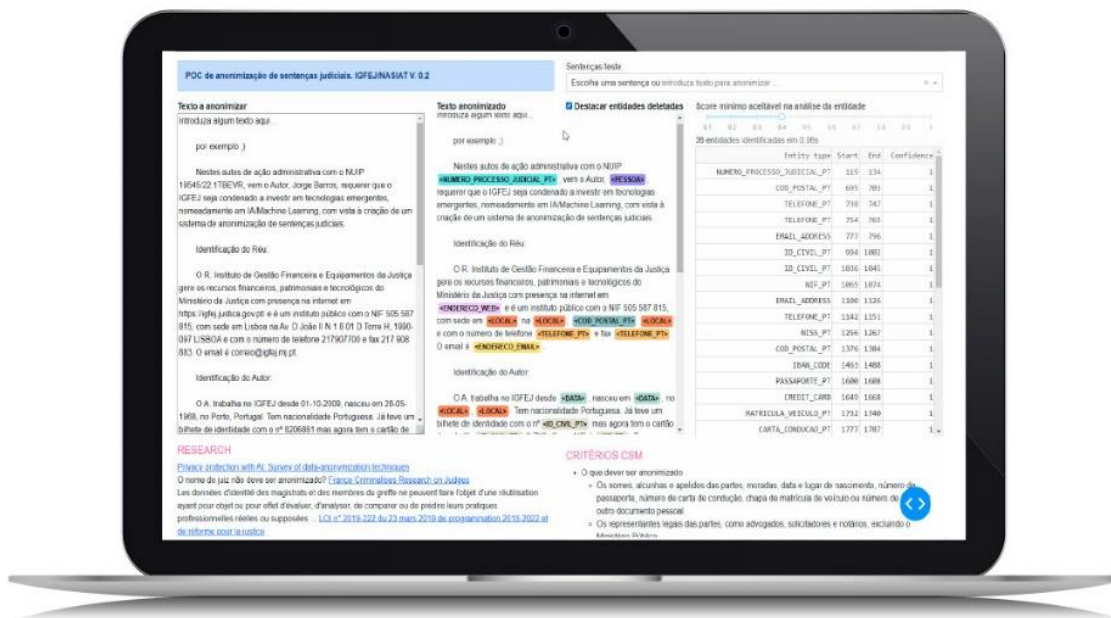


A Plataforma de Atendimento à Distância (PAD) veio permitir a realização de **atos autênticos à distância, por videoconferência**, com **segurança** das partes. São exemplos destes atos: o divórcio por mútuo consentimento, a compra e venda de um imóvel ou a habilitação de herdeiros, entre outros. Entre as vantagens do novo serviço, estão: a **eliminação de custos com deslocções, o reforço da coesão territorial** – ao disponibilizar pontos de acesso aos Registos onde eles antes não estavam disponíveis – e a racionalização de recursos. A PAD foi ainda inovadora na utilização do Mosaico – o modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais centrados nos cidadãos e empresas, criado pela Agência para a Modernização Administrativa –, tendo sido o primeiro serviço da Justiça a adotá-lo. Desde o seu lançamento, em outubro de 2022, já foram efetuados cerca de **200 atos**. Encontra-se em testes a utilização desta

plataforma para acesso a outros serviços, como, por exemplo, os prestados nos postos do Balcão Único do Prédio nos municípios. Estando, ainda, em curso, a identificação de **novos serviços** que possam ser disponibilizados através da PAD.

Anonimização das decisões judiciais

Arancou um piloto no **Tribunal Central Administrativo Sul** para a anonimização das decisões judiciais com recurso a um algoritmo de **inteligência artificial**.

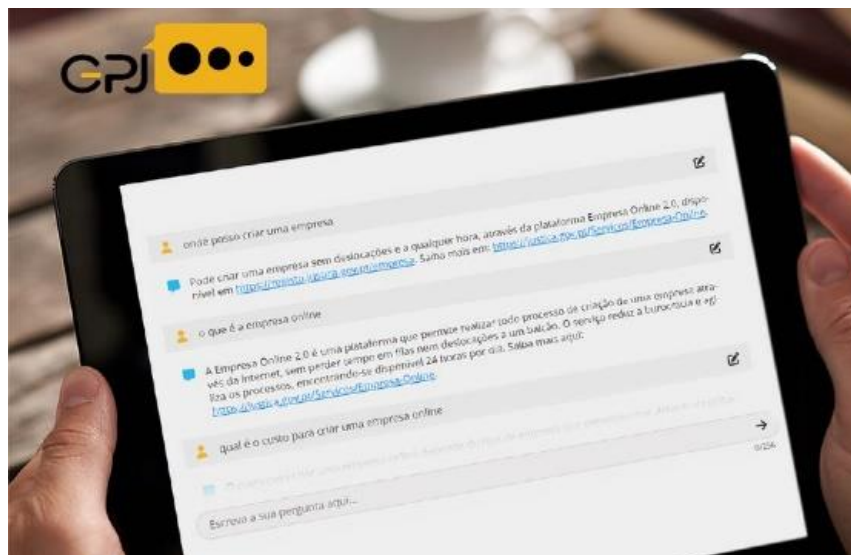


Tramitação de processos judiciais mais digital

Foi publicada, em Diário da República, a portaria que prevê a submissão de peças e documentos com dimensão até 20MB pelos mandatários, o que corresponde ao dobro do previsto desde 2013, e a seis vezes mais o tamanho permitido em 2008, ano que marcou o início da tramitação eletrónica nos Tribunais. A nova funcionalidade traz ganhos significativos de eficiência, permitindo libertar o equivalente ao horário de trabalho completo de 43 oficiais de justiça para outras tarefas. Esta medida resultou da sessão de trabalho efetuada em fevereiro com os mandatários, para o desenho de uma nova interface.

Guia Prático da Justiça

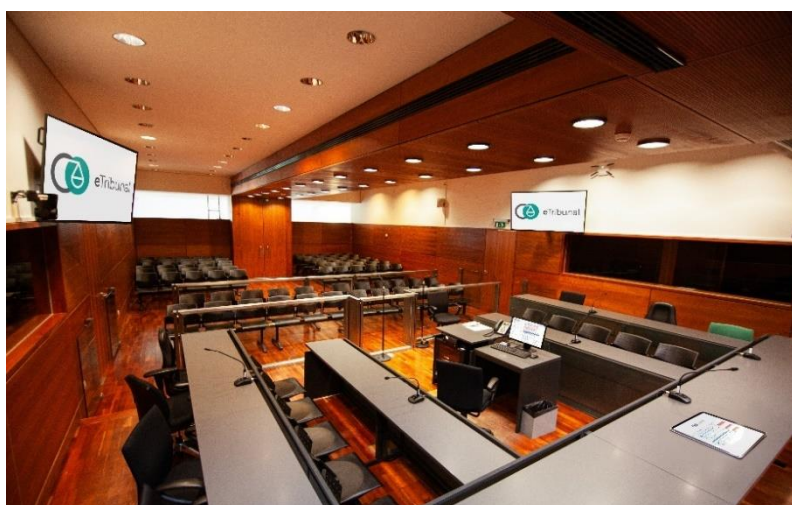
Foi disponibilizado o Guia Prático da Justiça (GPJ), que permite aos cidadãos **esclarecer dúvidas** associadas ao direito da **família**, particularmente sobre o **casamento** e o **divórcio**. Mais tarde, esta ferramenta foi alargada



ao tema da criação de empresas em Portugal, dando resposta à necessidade de tornar mais clara a informação disponível online sobre o processo de constituição de sociedades. Prestar informação completa e precisa sobre as diversas áreas da Justiça, numa **linguagem simples e natural**, é o objetivo do GPJ que utiliza a **tecnologia GPT** para prestar esclarecimentos, em **tempo real**, num **estilo de conversação**, tanto em **português**, como em **inglês**.

Sala de audiências + digital

A primeira sala de audiências + digital foi instalada no Tribunal Judicial da Comarca de **Lisboa Oeste**, com sede no Palácio da Justiça de Sintra, com recurso a **novos equipamentos de áudio e vídeo** que permitirão a realização de **videoconferência** e a



produção e apresentação facilitada de prova judicial, contribuindo para uma maior proximidade

entre os cidadãos e a justiça, mais transparência, e uma melhor experiência de todos os intervenientes. Pretende-se que a experiência e aprendizagem digital a retirar desta nova sala de audiências + digital possa ser replicada nas restantes salas, e considerada no estudo que, ainda no primeiro semestre de 2024, deverá definir o modelo de sala de audiências do futuro. Esta renovação é o primeiro resultado do investimento em curso, feito no âmbito do PRR, num total de **15M€** previstos para a aquisição de equipamentos destinados a modernizar **1500 salas de julgamento e de acolhimento e audição de crianças**.

Portal Nacional de Dados Abertos

Foram disponibilizados **63 novos conjuntos de dados da Justiça em dados.gov**, a plataforma aberta para dados públicos portugueses. Com este alargamento, ficam acessíveis para con-



The screenshot shows the 'dados.gov' portal interface. At the top, there is a navigation bar with 'Contribuir' and buttons for 'Publicar um conjunto de dados' and 'Publicar uma reutilização'. Below this is the 'dados.gov' logo and a search bar. The main content area displays 'Conjuntos de dados' with a search bar containing 'Ex. eleição presidencial de 2022'. It shows 63 results, ordered by relevance. A specific result is highlighted: 'Justiça no mapa' from the 'Direção-Geral da Política de Justiça'. The description mentions geographical location and equipment linked to the justice ministry. There are also filters for organizations, formats, and licenses.

sulta, partilha e reutilização dados relacionados com **tribunais, julgados de paz, conservatórias, estabelecimentos prisionais e gabinetes médico-legais e forenses**. São exemplos dos dados agora disponibilizados a duração média dos processos nos tribunais, os atos praticados pelos serviços do Registo e do Notariado, os crimes registados por tipo de arma utilizada ou a localização dos serviços da Justiça.

1ª Estratégia GovTech para a Justiça

Foi lançada a **Estratégia Govtech** centrada em **inteligência artificial e tecnologias emergentes** para transformar a Justiça, que integra projetos de base tecnológica, que recorrem a ferramentas de inteligência artificial e projetos de desenvolvimento de competências em inovação.

Com a Estratégia GovTech da Justiça pretende-se consolidar esta cultura de inovação colaborativa, apostando num maior envolvimento do ecossistema de inovação e de empreendedorismo, tanto na identificação de desafios como no desenvolvimento de soluções, apoiadas em tecnologias emergentes, e suportadas no PRR. Projetos recentemente desenvolvidos ou em curso, como a **Plataforma de Atendimento à Distância**, o **Geohub BUPi** e a **App móvel de levantamento de coordenadas**, ou o projeto de anonimização de decisões judiciais, através de inteligência artificial (IA), são exemplos desta inovação partilhada que integram esta estratégia.

Portal da Propriedade Industrial da Lusofonia

Para incentivar o uso da propriedade industrial na **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** foi lançado o Portal da Propriedade Industrial da Lusofonia, uma **plataforma digital de partilha de informação** com conteúdo especializado sobre **propriedade industrial** e a sua importância para o desenvolvimento económico dos diferentes países que compõem a CPLP.

Desafios Justiça

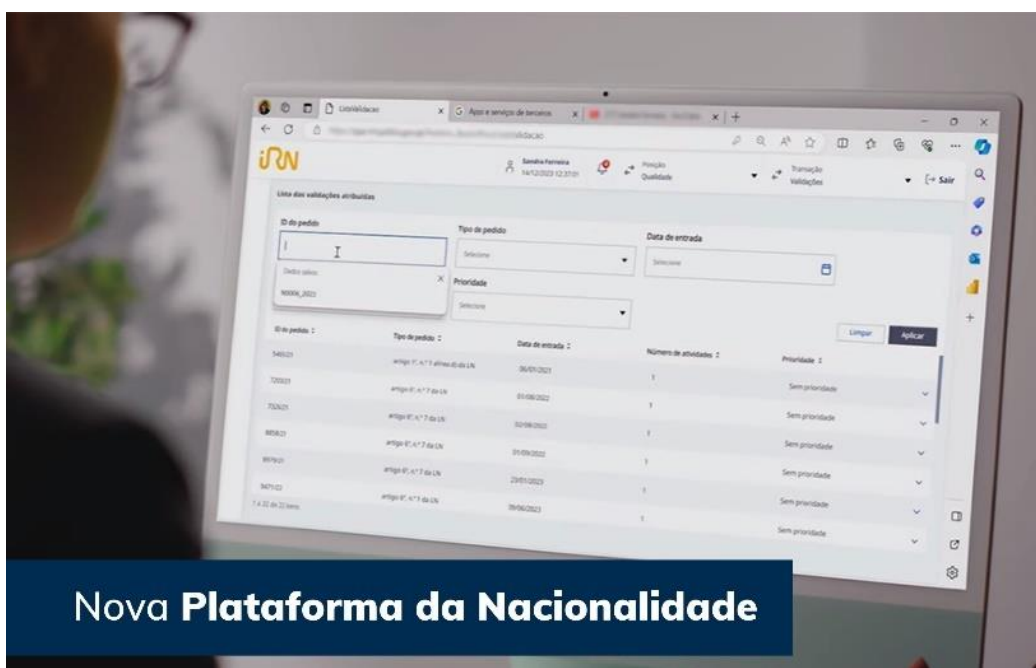


Foi lançado o Desafios Justiça, um concurso de ideias inovadoras para a Justiça dirigido a **startups, universidades e centros de investigação**, cujo primeiro desafio foi promovido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), para a **identificação de marcas através de imagens e conceitos**.

Renovação dos sistemas e do parque informático dos registos

Aquisição pelo Instituto dos Registos e do Notariado de serviços de consultoria e desenvolvimento de software destinados a reformular os sistemas de informação de registo, num encargo total de **21,5 M€**. Foi também lançado o concurso para a aquisição de **2.000 computadores**, no valor de **2,8 M€**, com o propósito de concluir a renovação total do parque informático até ao final do primeiro trimestre de 2024.

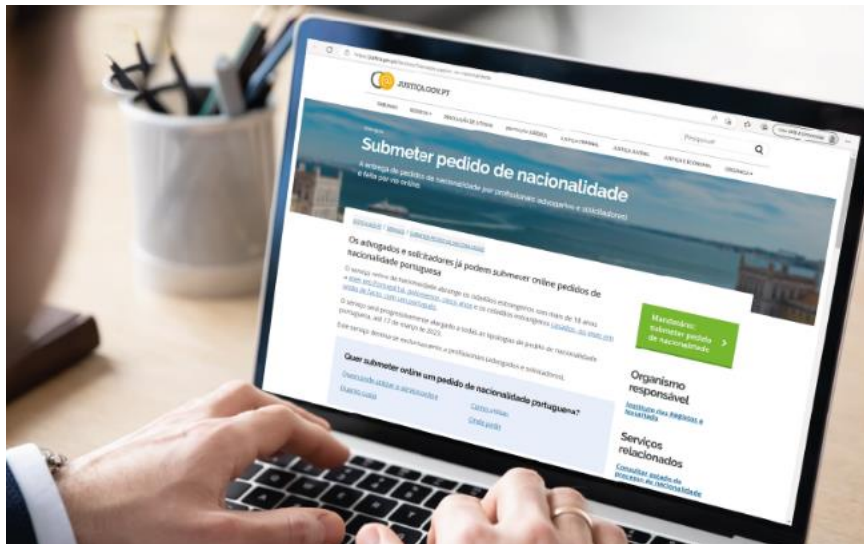
Nova plataforma de tramitação dos processos de nacionalidade



Foi lançada a nova plataforma de tramitação dos processos de nacionalidade, que permitiu **desmaterializar** todo o processo, permitindo, desde logo, agilizar **23 mil processos em fase de registo**, através da integração automática com o Registo Civil, e garantindo a segurança e a transparência. Etapas como a digitalização e a classificação dos processos, assim como a integração automática com o sistema de registo civil para a emissão do respetivo registo de nascimento, deixam de necessitar da intervenção de um funcionário e as comunicações com as entidades externas que são consultadas na atribuição da nacionalidade – por exemplo, PJ, DGAJ, AIMA – terão maior automatização. Estima-se que, desta forma serão poupadas **20 mil horas de trabalho**, o equivalente a **86 pessoas libertadas para outras tarefas de maior valor acrescentado**.

Pedido de Nacionalidade Online

A nacionalidade portuguesa passou a poder ser pedida online, por advogados e solicitadores, tendo-se depois tornado obrigatória. Com a **submissão online e o desenvolvimento de um validador au-**



tômático da autenticidade dos documentos requeridos, foi possível desmaterializar totalmente o processo e reduzir o trabalho manual. No primeiro ano de funcionamento, a plataforma de nacionalidade online recebeu mais de **28.800 pedidos de nacionalidade portuguesa**.

Acesso online dos Notários ao registo de contumazes

Notários passaram a poder aceder online ao registo de contumazes, aumentando assim a **segurança jurídica** com que estes profissionais disponibilizam **serviços eletrónicos a cidadãos e empresas**. Medida **Simplex** da Justiça concretizada em colaboração com a área governativa da digitalização e da modernização administrativa.

Gerador automático de nomes para a bolsa de firmas e denominações

Foi apresentado o gerador automático de nomes para a bolsa de firmas e denominações que recorre a algoritmos de **inteligência artificial** para criar de forma automática nomes de empresas, uma tarefa que até aqui era exclusivamente realizada por intervenção manual. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a funcionalidade que tornará possível a sugestão de nomes com base na área de atividade da empresa.

Centro de Competências Geoespacial da Região Centro

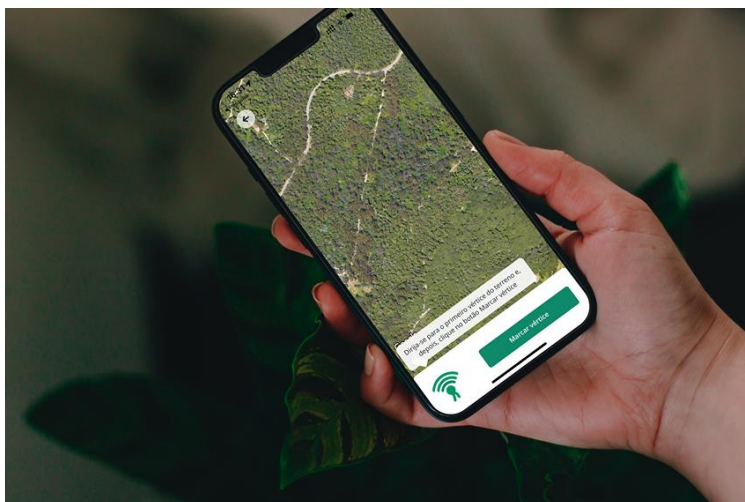
A assinatura do protocolo para a criação do Centro de Competências Geoespacial da Região Centro – um centro de apoio à operacionalização do projeto Balcão Único do Prédio (BUPi), de capacitação dos intervenientes no **Sistema de Informação Cadastral Simplificado**, e ainda de partilha de conhecimento, de forma a desenvolver ações que promovam uma maior concretização e articulação no domínio da **informação geoespacial**, com impacto na gestão do território e na criação de valor para as atividades económicas. Representa um investimento de **2,2M€**, provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência.

Assegurar a continuidade do BUPi nos municípios

A assinatura de contratos de financiamento no valor de **10M€** entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte e do Centro, com vista a garantir a continuidade, ao nível local, do BUPi, nos municípios que não dispõem de cadastro predial.

App BUPi

Foi lançada a App BUPi, uma aplicação móvel gratuita que facilita a identificação dos **limites das propriedades** ao permitir que esta delimitação possa ser feita, através de **um telemóvel ou tablet**, a partir do local onde se encontram os terrenos. Após a identificação, é, ainda, possível iniciar o processo de registo, através desta aplicação. Desde que foi lançada, a aplicação já teve cerca de **50 mil downloads**.



Interligação entre o GeoPredial e o Balcão Único do Prédio

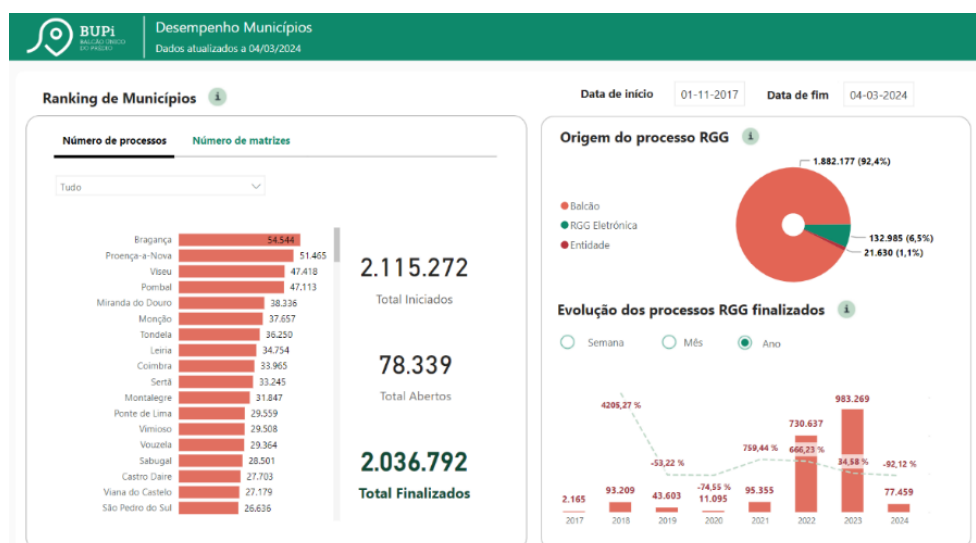
A assinatura de protocolo entre a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (eBUPi), o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) e a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (OSAE) para a interligação do **GeoPredial** com o BUPi. Este acordo possibilita que os solicitadores habilitados a trabalhar com o GeoPredial possam apoiar na **identificação e registo de propriedades em interligação com o BUPi**, reforçando a rede de profissionais habilitados e acelerando o conhecimento do território.

Reforçar o conhecimento do território com a Academia

A assinatura do protocolo de colaboração entre a eBUPi e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), com o objetivo de potenciar sinergias científicas, técnicas e humanas para o desenvolvimento do projeto BUPi.

Mais de 2 milhões de propriedades georreferenciadas

Com o objetivo prioritário de contribuir para uma maior valorização e conhecimento do território nacional, através do processo de identificação e **registo dos prédios rústicos e mistos por declaração dos proprietários**, o BUPi terminou o ano de 2023 com cerca de **2 milhões de propriedades identificadas**.



A Justiça ao serviço das pessoas e da economia

Roteiro para a Justiça



A equipa governativa da Justiça iniciou o **Roteiro para a Justiça**, um périplo de visitas aos serviços das várias áreas da Justiça – dos tribunais aos registos, dos estabelecimentos prisionais à investigação criminal, passando pela medicina legal e a propriedade industrial – para **ouvir os trabalhadores, conhecer necessidades e identificar oportunidades de melhoria e prioridades de ação**.

Sob o mote a “**Justiça ao serviço das pessoas e das empresas**”, foram realizadas visitas a mais de **40 tribunais, 23 estabelecimentos prisionais, 6 centros educativos, mais de 40 serviços dos registos e a 14 balcões do BUPi** nas diferentes regiões de Portugal continental e das regiões autónomas. Em resultado destas visitas, foi possível atuar diretamente na beneficiação imediata das instalações, tanto a nível tecnológico como da climatização ou até no reforço de recursos humanos.

Centro de Informação, Mediação e Arbitragem da Região dos Açores

Foi autorizada a criação do CIMARA – Centro de Informação, Mediação e **Arbitragem** da **Região dos Açores**. A Região Autónoma, desprovida até então de Centro de **Arbitragem de Consumo**, dispõe agora de mecanismo de resolução alternativa de litígios.

Centro de Arbitragem Marítimo

Foi autorizada a criação do Centro de **Arbitragem** Marítimo, com competência para dirimir litígios arbitráveis relativos a atividades integradas na **economia do mar**.

Centro de Arbitragem da Associação Comercial e Industrial do Funchal

Criou-se o Centro de Arbitragem da Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da **Madeira**, que permite administrar arbitragens voluntárias institucionalizadas, em quaisquer matérias não excluídas por lei, com vista à resolução de **litígios de carácter geral, públicos ou privados, internos ou internacionais**; promover e difundir a **arbitragem** como meio alternativo de resolução de litígios; e exercer atividades e prestar serviços conexos com a administração de arbitragens.

Alargamento da rede de Julgado de Paz

Inauguraram-se dois novos **Julgados de Paz** em **Figueiró dos Vinhos** e em **Santo Tirso** e assinado o protocolo para abertura de um julgado de paz na **Figueira da Foz**. Com as duas aberturas, a rede passa a dispor de **27 julgados de paz**, que cobrem 76 concelhos e chegam a **3,8 milhões de habitantes** (36,27% da população nacional).



Plataforma RAL+

O lançamento da Plataforma RAL+, a nova plataforma para os meios de **Resolução Alternativa de Litígios (RAL)**, passou a permitir resolver vários tipos de conflitos de forma

mais rápida, mais simples e mais acessível. Através deste sistema integrado, disponível online em justica.gov.pt, os cidadãos podem obter informações, iniciar um processo e consultar o seu estado, descarregar e enviar documentos ou receber notificações.

A plataforma arrancou com todos os sistemas de mediação familiar e laboral e com os julgados de paz que integraram a fase piloto – Julgados de Paz de Sintra, de Vila Nova de Poiares e do Oeste. Foi, entretanto, alargada ao novo Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela e ao novo Julgado de Paz de Santo Tirso. Progressivamente, chegará a todos os julgados de paz e centros de arbitragem de conflitos de consumo. Desde o seu lançamento deram entrada mais de **750 processos online** na plataforma.



Campanha de comunicação dos meios RAL

Arranque da nova campanha de comunicação para dar a conhecer melhor os meios de **resolução alternativa de litígios** e a plataforma de tramitação digital RAL+, sob o mote **“Os conflitos existem... e as soluções alternativas também”**.



Distribuição eletrónica de processos

Implementação de um sistema renovado de distribuição eletrónica para dar cumprimento às Leis n.º 55/2021 de 13 de agosto e 56/2021 de 16 de agosto, reforçando a **transparência dos processos judiciais** e da **jurisdição administrativa e fiscal**.

Registos de nascimento online previstos no Código do Registo Civil

Os registos de nascimento ocorridos em Portugal e no estrangeiro feitos por via eletrónica passam a estar consagrados a título definitivo no Código do Registo Civil. Depois de, em 2020, o registo online através da plataforma digital da justiça ter sido introduzido, no quadro da pandemia, com o objetivo de incentivar a prática de atos de **registo à distância**, esta medida deixa agora de ter carácter provisório. Este serviço fica assim à disposição dos cidadãos residentes em território nacional e da comunidade portuguesa residente no estrangeiro, tornando o registo de nascimento **mais cómodo** sem que seja necessário ir a uma conservatória de registo ou a um serviço consular para efetuar a **declaração de nascimento** dos seus filhos.

Renovação do Registo Civil Online

Os serviços de Registo Civil Online foram renovados, passando a permitir aos cidadãos utilizar a **chave móvel digital** para iniciar um processo de casamento, requerer o divórcio ou pedir e consultar uma certidão de registo civil, de forma segura e cómoda.



Desde que a nova opção de autenticação foi disponibilizada, os **acessos mensais triplicaram**.

Novo Cartão de Cidadão



A Assembleia da República aprovou a **Lei do Cartão de Cidadão** e da **Chave Móvel Digital**, assegurando que Portugal continuará a ter um dos documentos de identificação mais avançados do mundo, com mais segurança e funcionalidades: **conformidade com a legislação europeia; interface sem contacto** (contactless); **documento de viagem** de acordo com critérios reconhecidos internacionalmente; autenticação e assinatura digital qualificada (eIDAS). O documento assegura também a conformidade com a norma ICAO (International Civil Aviation Organization), que visa melhorar a precisão e a eficiência dos processos de controlo e **segurança das fronteiras**, garantindo que os documentos de viagem são seguros e à **prova de falsificação**.

Foi já disponibilizado o software do cartão que vai permitir o desenvolvimento de serviços que tirem partido das novas funcionalidades do CC. Por exemplo, através do contactless, o novo cartão vai simplificar o dia a dia dos cidadãos, podendo no futuro ser utilizado como **título de transporte** para viajar nos transportes públicos de todo o país, ou a ser associado a **entradas para espetáculos e bilhetes eletrónicos**.

No âmbito da modernização dos serviços do CC, com financiamento PRR, estão contemplados investimentos na renovação integral do parque de **quiosques biométricos**, desenvolvimento de soluções alternativas ao atendimento e integração de serviços, no valor de **9M€**.

A renovação automática do Cartão de Cidadão é um dos exemplos de iniciativas reconhecidas como boas práticas de transformação digital da Administração Pública, ao antecipar necessidades dos cidadãos. Os mais de **2,2 milhões de CC** renovados através deste serviço já pouparam aos cidadãos os custos inerentes às mais de **4,4 milhões de deslocações** que teriam sido necessárias para efetuar o pedido e o levantamento do cartão, permitindo, ainda, retirar pressão do atendimento presencial.

Apoio Judiciário Eletrónico



Foi disponibilizado do serviço de Apoio Judiciário Eletrónico para pessoas singulares, que permite o **acesso mais simples e rápido** à Justiça através da **Segurança Social Direta**, com comunicação do respetivo estado aos sistemas de informação de suporte à tramitação de processos tribunais.

Beneficiário da Segurança Social

Foi melhorado o sistema de consulta de informação de **beneficiário da Segurança Social** (como a morada), **acelerando**, assim, os prazos de notificação ou tramitação.

Integração do passaporte e renovação da autorização de residência

O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) passou a disponibilizar um catálogo mais alargado de serviços no domínio da identificação civil, para incorporar as novas funções em matéria administrativa relacionadas com a emissão de passaportes e com **cidadãos estrangeiros**. O IRN passou,



assim, a ser a entidade responsável pela concessão e emissão do Passaporte Eletrónico Português, nomeadamente o passaporte comum, o especial, o temporário e o passaporte para

cidadão estrangeiro. Os balcões dos Registos disponibilizam também atendimento para pedidos de **Renovação de Autorização de Residência** (RAR) temporária e permanente.

Empresa Online 2.0

Lançamento da plataforma Empresa Online 2.0 que veio permitir criar uma empresa de forma **mais simples, menos burocrática e mais rápida**: num tempo médio estimado de **10 minutos**.

Entre as novidades do novo serviço, destacam-se o pré-preen-

chimento com os dados que a administração pública já dispõe sobre os empresários, mediante a sua autorização, dispensando-os de fornecer mais do que uma vez a mesma informação; a possibilidade de assinar eletronicamente o pacto social; e a disponibilização de novos métodos de pagamento (incluindo **MBWay**).

Este é um projeto financiado pelo **PRR**, inserido no projeto **Ciclo de Vida da Empresa**, que visa dar apoio integrado às empresas, desde a sua criação à sua eventual extinção.



Registo de nascimento mais simples

O arranque do piloto da iniciativa Nascer + Cidadã e + Cidadão, que veio tornar o serviço de registo de nascimento e **pedido de cartão de cidadão mais simples e cómodo**, ao promover a comunicação direta dos dados entre os serviços da Saúde e da Justiça, dispensando deslocações aos balcões dos



serviços de Registo. Esta é uma medida do programa **SIMPLEX**, desenvolvida pelas áreas governativas da **Justiça** e da **Saúde**, e apoiada pelo PRR.

Cartão de cidadão gratuito para bebés

O cartão de cidadão para bebés até ao **primeiro ano de vida** passou a ser gratuito, garantindo o direito à identidade sem custos. Já usufruíram desta medida mais de **57 mil bebés**.

Projeto “Autenticidades”

No âmbito do projeto “Autenticidades”, lançado pelo **EUIPO** – Instituto de Propriedade Intelectual da União Europeia, o **INPI** – Instituto Nacional da Propriedade Industrial e a Câmara Municipal de **Lisboa** assinaram um memorando de entendimento que colocou Lisboa na rede europeia de cidades autênticas. Este projeto conta com a adesão de várias cidades europeias e visa a sensibilização para os efeitos adversos da **contrafação**.

Divisão Local de Portugal do Tribunal Unificado de Patentes

A abertura da Divisão Local de Portugal do Tribunal Unificado de Patentes (TUP), junto do Tribunal da **Propriedade Intelectual**. Esta divisão permitirá a simplificação dos procedimentos, promovendo a **proximidade**

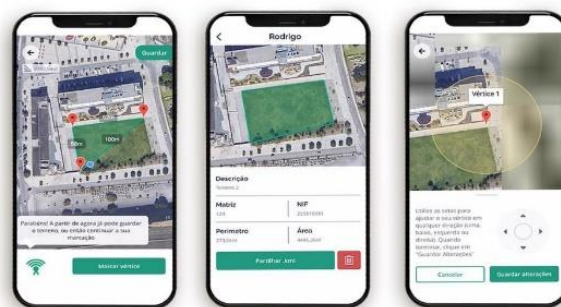


com os utilizadores e uma redução de custos de litigância (custas judiciais e contratação de advogados), bem como a **utilização do português como língua corrente no processo judiciário**.

Poderá ainda, quando solicitado, ser utilizada a **língua inglesa** (exceto convenção em contrário pelas partes ou por decisão da divisão). Com a entrada em vigor da **Patente Unitária** a 1 de junho, foi inaugurada a Divisão Local de Portugal do Tribunal Unificado de Patentes (TUP), junto do Tribunal da Propriedade Intelectual.

Novo visualizador da plataforma BUPi

O novo visualizador da plataforma BUPi foi lançado com mais funcionalidades, como novas camadas de informação. Está totalmente adaptado no plano técnico e tecnológico, para **responder às necessidades mais específicas**, e é **tecnologicamente avançado e inovador**.



Esta funcionalidade vai facilitar e simplificar o trabalho dos técnicos habilitados que, nos balcões do BUPi, ajudam os proprietários no processo de identificação dos seus terrenos. Além da camada base de ortofotomapas mais recentes, **imagens de satélite** e **modelos de terreno tridimensionais**, assim como integrar **algoritmos de dedução de matrizes** e de proposta de configuração de polígonos, o visualizador terá também a capacidade de fornecer conteúdos geográficos para todos os municípios e entidades parceiras da eBUPi, em cumprimento dos protocolos de partilha de dados já celebrados e a celebrar.

Expandir o conhecimento do território à Região Autónoma da Madeira

Foi assinado um **acordo de colaboração** entre a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado – eBUPi, o Instituto dos Registos e do Notariado - IRN, a Direção Regional do Ordenamento do Território - DROT, a Direção Regional de



Administração da Justiça DRAJ, e os **cinco municípios da Região Autónoma da Madeira** sem cadastro predial que vão passar a disponibilizar os serviços do Balcão Único do Prédio (BUPi). Com esta iniciativa, o BUPi iniciou, pela primeira vez, a sua atividade e serviço aos cidadãos nas Regiões Autónomas, passando a abranger mais **22 freguesias**, num total de **300 mil matrizes** e mais de **42 mil habitantes**.

Pedido de registo criminal

Pedido de registo criminal passou a poder ser feito também por **telefone**. Com a interoperabilidade com o Sistema de Informação de Identificação Criminal (SICRIM), será possível dispensar o pedido ao cidadão e acelerando o processo. Tornou-se também o pedido de **registo criminal online mais simples** para **cidadãos nacionais e estrangeiros** possibilitando o pagamento por **PayPal**. É o primeiro serviço digital, disponibilizado pela plataforma de pagamentos da Administração Pública gerida pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), a aceitar esta modalidade de pagamento, reforçando a sua usabilidade e fiabilidade. Com esta possibilidade, o pedido online passa a poder ser feito por quem não tem conta bancária em Portugal.



Avaliar o impacto dos investimentos do PRR

A Secretária-Geral do MJ e a **eBUPi** assinaram dois protocolos com o Centro de Estudos Sociais (CES), a Faculdade de Economia da **Universidade de Coimbra** (FEUC) e o Instituto para as Políticas Públicas e



Sociais (IPPS) do **ISCTE-IUL** para avaliar o impacto dos investimentos do **PRR** no âmbito da componente 18 – Justiça Económica e Ambiente de Negócios e do projeto BUPi – Balcão Único do Prédio, inserido na componente 8 – Florestas. Este trabalho de monitorização independente acompanha as melhores práticas internacionais e as recomendações da União Europeia, contribuindo para o **escrutínio dos resultados alcançados** com as políticas públicas no domínio da justiça e da aplicação dos fundos que lhes estão alocados.

Alteração dos Estatutos Profissionais das Ordens

O Conselho de Ministros aprovou em junho a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que adapta os estatutos das ordens profissionais ao previsto no regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. Esta proposta contou com o envolvimento da área governativa da Justiça no que concerne às matérias referentes à **Ordem dos Advogados, Ordem dos Agentes de Execução e dos Solicitadores e Ordem dos Notários**, respetivamente.

Do projeto de reforma destacam-se os seguintes eixos:

MENOS RESTRIÇÕES. Limitar os entraves de acesso às profissões, eliminando esperas e custos desnecessários e desadequados, sobretudo para os jovens que acedem às profissões;

MAIS IGUALDADE. Garantir maior justiça e combater a discriminação socioeconómica no acesso das novas gerações às profissões reguladas por ordens profissionais;

MENOS PRECARIIDADE. Evitar que os estágios das ordens sejam uma repetição da formação das universidades, com prejuízos para os jovens profissionais, adiando injustificadamente a sua entrada no mercado de trabalho e aumentando significativamente os custos da sua formação;

MAIS TRANSPARÊNCIA. Reforçar o trabalho de interesse público das ordens profissionais e de garantia da qualidade dos serviços prestados, através da criação de um provedor de beneficiários dos serviços;

MAIS INDEPENDÊNCIA. Aumentar a independência, isenção e autonomia da função regulatória das ordens profissionais, através da integração de personalidades de reconhecido mérito e de fora da profissão, sobretudo quando os seus órgãos exercem funções disciplinares ou avaliam os jovens profissionais no acesso à profissão;

Cumprimento das recomendações nacionais e internacionais. Esta reforma consta do Programa do Governo e revela-se essencial para o cumprimento de uma das reformas com maior relevo

no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A reforma das profissões reguladas já vinha sendo reclamada pela Comissão Europeia, pela OCDE e pela Autoridade da Concorrência.

Apoio ao Laboratório Nacional do Medicamento

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com a área da **propriedade intelectual** em matéria de saúde, passou a apoiar a instituição do Laboratório Nacional do Medicamento, participando na prossecução da sua missão de **desenvolvimento da investigação e produção de medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde**.

Em contrapartida, e num espírito de elevada missão pública, o Laboratório Nacional do Medicamento encetou uma **colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais** em matérias relacionadas com a aquisição, armazenamento e distribuição dos medicamentos no sistema prisional.

Gerir, reforçar e dignificar os recursos humanos da justiça

Formar mais magistrados



O Centro de Estudo Judiciários (CEJ) abriu mais **270 vagas para auditores de justiça** que, no final da sua formação, deverão ingressar nos tribunais de todo o país, reforçando a capacidade de resposta do sistema judicial. São **104 vagas para a magistratura judicial, 104 para a magistratura do Ministério Público e 62 para a magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais**, mantendo assim o CEJ a funcionar na sua máxima capacidade formativa.

Reforçar os recursos humanos da Polícia Judiciária



A aprovação do Plano de Recrutamento Plurianual para a Polícia Judiciária (PJ) representa o maior reforço de sempre dos seus quadros, com **1.100 efetivos até 2026**, para robustecer as carreiras de investigação criminal, especialista de polícia científica e segurança da PJ. No último ano, a PJ teve um **reforço de 218 inspetores e 138 especialistas de polícia científica**. Desde 2018, a **Unidade Nacional de Combate à Corrupção teve um aumento de 40% do seu efetivo**.

Valorização da carreira de segurança da Polícia Judiciária

Em resultado da negociação coletiva setorial com a Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária (PJ), foi possível valorizar a carreira de segurança da PJ. Tendo em conta a progressividade dos **umentos propostos** para 2024, 2025 e 2026, é de referir que um segurança



da Polícia Judiciária que entre nesta carreira em 2026 receberá uma **remuneração superior à auferida em 2022 em cerca de 316€**, ou seja, um **aumento superior a 24%** face à situação remuneratória anterior ao aumento negociado.

Em 16 de janeiro de 2024, foi publicado o despacho que permitiu a vários trabalhadores da carreira de investigação criminal da Polícia Judiciária passarem à **situação de disponibilidade fora de efetividade de serviço**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro, ou seja, nas situações em que tal depende do facto de estes perfazerem, cumulativamente, 55 anos de idade e 36 anos de serviço.

Atualização dos suplementos da Polícia Judiciária

Foi aprovada a portaria que permitiu atualizar o montante de referência para determinação do valor para o pessoal da Polícia Judiciária (PJ), pela prestação de trabalho nas modalidades

de **piquete** e de **prevenção**. Com esta atualização, o suplemento de piquete a que tem direito o pessoal da PJ deixou de ter como referência o índice 100 da escala salarial do pessoal de investigação criminal, passando a ter como referência de cálculo o nível remuneratório 19 da Tabela Remuneratória Única, correspondendo a um **aumento de cerca de 80% do valor base** sobre o qual se contabiliza a retribuição auferida pela realização do trabalho suplementar.

Foi também aprovada, em Conselho de Ministros, a atribuição do **suplemento de missão** aos trabalhadores das carreiras especiais e das carreiras subsistentes da PJ, pelo exercício de funções em condições de risco, insalubridade e penosidade. Este valor será pago em **14 meses**, em conjunto com a respetiva remuneração base mensal dos trabalhadores, prevendo-se a sua **atualização anual**.

Integração do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O Ministério da Justiça assumiu, desde cedo, um papel central na reestruturação do Sistema Português de Controlo de Fronteiras e no consequente processo de fusão do **SEF**, desde logo pela transferência das competências de **investigação criminal para a PJ** e pela transferência de competências no que respeita à **emissão de passaportes para o IRN**. No dia 29 de outubro de 2023, com a extinção do SEF e em cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 40/2023, de 2 de junho, 1048 trabalhadores da carreira de investigação e fiscalização e da carreira de vigilância e segurança do SEF transitaram, respetivamente, para a carreira especial de investigação criminal e para a carreira especial de segurança da PJ, e 75 trabalhadores das carreiras gerais transitaram para o mapa de pessoal do IRN.

Reforçar os recursos humanos nos tribunais

Em janeiro de 2023, foi publicado, em Diário da República, o aviso de abertura de concurso externo para o ingresso na carreira de oficial de justiça, contemplando **200 lugares de escrivão auxiliar e técnico de justiça auxiliar** e abrangendo candidatos sem vínculo de emprego público previamente constituído. Dos 200 candidatos, **186 foram colocados** em vários tribunais do país.



Valorização dos trabalhadores da carreira de oficial de justiça

No âmbito da estratégia de reforço e valorização dos recursos humanos levada a cabo pelo Ministério da Justiça, foi também aprovada a abertura de **561 vagas para promoção de oficiais de justiça**. Desde 2019 que não se registavam promoções de trabalhadores pertencentes a esta carreira.

Proposta de revisão do Estatuto dos Oficiais de Justiça

Apresentação da proposta de revisão do Estatuto dos Oficiais de Justiça, que prevê a reorganiza o trabalho deste grupo de profissionais em **duas carreiras distintas e unicategoriais**: a carreira especial de técnico de justiça e a carreira especial de técnico superior de justiça. A proposta previa também a **revisão das remunerações base** das duas carreiras e dos cargos de chefia, assim como a criação de um **suplemento de disponibilidade de 20% a 12 meses**.

Reforçar os recursos humanos dos serviços do Registo

Foram lançados os procedimentos que vão permitir reforçar os serviços do Registo com a entrada de mais **470 trabalhadores das carreiras especiais (400 oficiais de registo e 70 conservadores) até ao final de 2024**, no âmbito do Plano Plurianual de Recrutamento. Somando os **357 trabalhadores das carreiras gerais**, que ingressam por via do PRR e do processo de extinção do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), serão integradas **um total de 827 pessoas**.

A primeira fase deste processo teve início em junho, com a seleção de **290 pessoas (240 oficiais de registo e 50 conservadores) de um conjunto de mais de 4700 candidatos**. Numa segunda fase, **foram admitidos mais 180 (160 oficiais de registo e 20 conservadores)**, oriundos da mesma bolsa de recrutamento, o que vai permitir agilizar o procedimento e garantir a entrada em simultâneo dos trabalhadores nos respetivos serviços.

Este reforço acontece **23 anos depois do último processo de recrutamento** para as carreiras especiais dos registos. Tendo em conta o total de aposentações previstas para o período de 2022 a 2024 (cerca de 550), pela primeira vez em mais de duas décadas, o IRN terá um saldo positivo de entradas. No próximo ano, os serviços poderão contar com um número total de trabalhadores **superior e 5.000, mais 300 do que no início de 2022**, já descontando as aposentações.

Valorização salarial da carreira de guarda prisional

Foi concluída a negociação coletiva setorial, com o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional e o Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional, sobre a **valorização salarial na categoria de guarda da carreira de guarda prisional**, que terá reflexo em todas as posições da respetiva categoria de ingresso.



Promoções para os guardas prisionais

Foram autorizadas **150 promoções** (100 para a categoria de guarda principal, 45 para a categoria de chefe e 5 para a categoria de chefe principal), a realizar em 2023, no âmbito do Plano Plurianual de ingressos e promoções para o Corpo da Guarda Prisional, elaborado pelo Ministério da Jus-



tiça. Estas foram as primeiras promoções na carreira de guarda prisional dos últimos 9 anos. As últimas promoções para a categoria de chefe principal decorreram em 2018 e as relativas à categoria de comissário prisional em 2017.

Reforçar os recursos humanos nos estabelecimentos prisionais

Em março de 2024, integraram o corpo da guarda prisional **104 novos guardas, 14 mulheres e 90 homens**, provenientes do Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional lançado em 2023.

Reforçar e valorizar os recursos humanos na área da reinserção social

Foram abertos concursos para recrutamento de **105 novos trabalhadores** para a carreira de Técnico Profissional de Reinserção Social, com vista a reforçar os Centros Educativos para jovens e as equipas de Vigilância Eletrónica. Foi também autorizada a abertura de **211 vagas para promoções** nas categorias superiores das carreiras de técnico superior de reeducação, técnico superior de reinserção social, técnico profissional de reinserção social e administrador prisional. Até ao momento não foi aberto o concurso para promoções de administrador prisional, pelo que, excluindo ficará assim: **206 vagas para promoções** nas categorias superiores das carreiras de técnico superior de reeducação, técnico superior de reinserção social e técnico profissional de reinserção social.

Reforçar os recursos humanos da Medicina Legal e Ciências Forenses

Foi autorizado, pelo Ministério das Finanças, o recrutamento de **5 médicos especialistas em medicina legal** para o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF).

Capacitar os recursos humanos

LAB Justiça



Foi criado o LAB Justiça, o primeiro **programa avançado** desenhado à medida dos desafios reais e atuais dos organismos e **entidades da Justiça**, em parceria com o ISEG e a Nova SBE. Destinado aos dirigentes e gestores de projeto deste setor, este programa permitiu reforçar as competências nas áreas da gestão estratégica, transição digital e liderança em contexto de mudança de **100 dirigentes e gestores de projeto da área da Justiça**, oriundos de todas as **18 entidades, incluindo Conselhos Superiores e PGR**. No balanço final dos seis meses de formação, que terminou em abril de 2023, os participantes salientaram a importância dos conhecimentos adquiridos e, sobretudo, da partilha de boas práticas, identificação de problemas comuns e alinhamento de estratégias entre as diferentes áreas da Justiça. Oito meses depois do fim da primeira edição, foi assinado um novo protocolo com a Nova SBE, o ISEG e a Porto Business School (PBS), para dar continuidade ao LAB Justiça, assegurando a 2ª edição do programa de inovação e liderança pensado para os dirigentes e gestores de projeto da esfera da Justiça.

Além do alargamento a **50 novos trabalhadores** de organismos e entidades tuteladas pela área governativa da Justiça e à região Norte do país, esta nova etapa do LAB Justiça inclui uma nova ação dirigida aos participantes da 1ª edição, designada por **Deep Dive**. Trata-se de um conjunto de sessões imersivas, ao longo de 60 horas, que respondem à necessidade de aprofundar temas e ajustar a experiência de aprendizagem às diferentes realidades de trabalho dos participantes.

16 Workshops de Inovação

Realizou-se conjunto de 16 Workshops de Inovação com caráter **teórico-prático**, onde serão trabalhados temas associados à **inovação organizacional e tecnológica**, à **liderança e gestão de projetos**, e à **comunicação estratégica e digital**. Estas sessões de capacitação enquadram-se no **Capacitar para Inovar - Programa de Competências para a Inovação na Justiça**, desenvolvido pelo Ministério da Justiça no âmbito da sua **Estratégia GovTech**, e são financiadas pelo **PRR**.



Iniciativa “Somos Registo”

O lançamento da iniciativa “Somos Registo” para **aproximar os trabalhadores dos serviços centrais e dos serviços descentralizados do Instituto dos Registos e do Notariado**, fomentar a partilha de boas práticas, e promover a formação re-



lacionada com a implementação de **novos serviços**. Foram promovidas, em diferentes pontos do país, **seis sessões deste programa de gestão da mudança**, desde outubro de 2022.

Oportunidades de Financiamento Europeu e Internacional



Realizaram-se vários encontros sobre Oportunidades de Financiamento Europeu e Internacional, que incidiram sobre os **programas do Portugal 2030**. A iniciativa faz parte do esforço que tem vindo a ser feito para identificar oportunidades de financiamento e motivar os organismos da Justiça a prepararem **projetos** que possam ser **candidatos aos avisos atualmente abertos ou a lançar no futuro**. Nestes workshops, foram transmitidas boas práticas no âmbito do financiamento da inovação, a par da experiência de vários organismos como a **Polícia Judiciária (PJ)** e a **Agência Nacional de Inovação (ANI)** nesta área.

Encontro Temático BIM (Building Information Modelling)

Com o objetivo de explorar o tema, perceber o nível de desenvolvimento e de implementação e alinhar conceitos sobre a metodologia **Building Information Modelling (BIM)**, realizou-se um Encontro sobre o tema envolvendo todos os organismos da Justiça, dirigentes e trabalhadores,



em particular os afetos às **áreas da inovação e tecnologias, gestão patrimonial, contratação de projetos e empreitadas de obras públicas.**

Contou com apresentações de especialistas sobre a matéria, da **Universidade do Minho** e da **Associação Building Smart Portugal** e também com a apresentação de um caso de estudo por parte da **Câmara Municipal de Matosinhos**, pioneira na implementação do BIM no setor público português.

Também as áreas governativas da **Habituação e da Digitalização e Modernização Administrativa** participaram dando a conhecer as iniciativas já concretizadas e que envolvem a transição digital e a utilização, num horizonte próximo, da metodologia BIM, designadamente no âmbito dos recentes diplomas aprovados no âmbito das **“Instruções para a elaboração dos projetos de Obras”** e da **“Simplificação dos licenciamentos”**.

Justiça para a Europa

Parceria com Espanha sobre digitalização e inteligência artificial



Portugal e Espanha assinaram um memorando para aprofundarem as **parcerias no desenvolvimento de soluções tecnológicas que reforcem as respostas da Justiça nos dois Países**. O memorando de entendimento assinado pelas Ministras da Justiça, Catarina Sarmento e Castro e Pilar Vilella Llop, no âmbito da Cimeira Luso-Espanhola, veio fortalecer e promover a cooperação bilateral, no que respeita ao uso de tecnologias digitais e ferramentas de inteligência artificial na justiça, reforçando a cooperação em três áreas:

1. Potenciar o recurso à presença online em **juízos transfronteiriços**;
2. Desenvolver e utilizar recursos de **Inteligência Artificial** em conjunto;
3. Recorrer à **comunicação eletrónica**, no âmbito das linhas de trabalho e das experiências que estão a decorrer na UE.

O objetivo comum é permitir que os cidadãos ibéricos possam ter acesso a serviços públicos de justiça com mais qualidade, mais ágeis e com maiores garantias de segurança jurídica.

Deste memorando podem resultar projetos-piloto comuns, trocas de informação no âmbito da cooperação entre os dois países, atividades de formação comuns, seminários, conferências, workshops e reuniões técnico-científicas, entre outras ações.

O **memorando entre os dois Países** surgiu no seguimento do desenvolvimento pela Justiça portuguesa de um trabalho de partilha de boas práticas internacionais na área da digitalização, com vários países e entidades internacionais, como a OCDE

Cooperação judiciária internacional

A adaptação de **formulários associados à cooperação judiciária internacional**, alinhada com os requisitos definidos pelos regulamentos europeus em matéria civil e comercial e associada à cooperação judiciária internacional para **comunicação** com o **Eurojust em matéria penal**.

Transformações, fusões e cisões transfronteiriças

A través do Decreto-Lei n.º 114-D/2023, de 5 de dezembro, concluiu-se o processo de transposição da Diretiva (UE) 2019/221 respeitante a **transformações, fusões e cisões transfronteiriças**. Os serviços prestados na área da justiça, incluindo os serviços de registo estão vocacionados para dar a melhor resposta possíveis aos cidadãos e às empresas e, como tal, também através da aprovação deste regime se garante uma resposta adequada às necessidades das empresas que, no exercício da sua liberdade de estabelecimento, pretendam encetar processos de mutação societária transfronteiriços.

O objeto principal reside na alteração do código das sociedades comerciais, criando o regime de transformação, fusão e cisão de sociedade comerciais, procede igualmente às alterações necessárias no código do registo comercial, para que as empresas que desejem efetuar processos de mutação societária transfronteiriça, o consigam fazer de forma simples, direta, clara e profícua.

Combate à difusão de conteúdos terroristas

Proposta de Lei que **adapta a ordem jurídica interna** ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao **combate à difusão de conteúdos terroristas**.

Ato de Genebra sobre Denominações de Origem e Indicações Geográficas

Portugal depositou, junto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o instrumento de ratificação do **Ato de Genebra do Acordo de Lisboa relativo às Denominações de Origem e às Indicações Geográficas**. O Ato de Genebra veio modernizar e aperfeiçoar o sistema do registo internacional consagrado no Acordo de Lisboa. Juntos, o Ato e o Acordo, formam o Sistema de Lisboa, que estende a sua proteção também às indicações geográficas, assegurando uma

proteção internacional mais completa e eficaz aos nomes dos produtos com qualidade de origem e que beneficia tanto os produtores que desejem ver a sua proteção jurídica reforçada, como os consumidores, que pretendam garantias sobre a **qualidade, autenticidade, origem e percurso produtivo dos produtos que consomem**.

Transposição de diretivas

Entre 2022 e 2024, o MJ **arquivou todos os processos de infração pendentes**, movidos pela Comissão Europeia contra Portugal **por ausência ou incompleta transposição de diretivas**. Assim, foram transpostas as seguintes diretivas:

Diretiva (UE) 2022/211 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão-Quadro 2002/465/JAI do Conselho, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de **proteção de dados pessoais** (transposta pela Lei n.º 42/2023, de 10 de agosto);

Diretiva (UE) 2022/228 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2022, que altera a Diretiva 2014/41/UE, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de **proteção de dados pessoais** (transposta pela Lei n.º 42/2023, de 10 de agosto);

Decisão-Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao **mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros** (transposta Lei n.º 52/2023, de 28 de agosto);

Diretiva (UE) 2010/64, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, relativa ao **direito à interpretação e tradução em processo penal** (transposta Lei n.º 52/2023, de 28 de agosto);

Diretiva (UE) 2012/13, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativa ao **direito à informação em processo penal** (transposta Lei n.º 52/2023, de 28 de agosto);

Diretiva (UE) 2013/48, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, relativa ao direito de **acesso a um advogado em processo penal e nos processos de execução de mandados de detenção europeus, e ao direito de informar um terceiro aquando da privação de liberdade e de comunicar, numa situação de privação de liberdade, com terceiros e com as autoridades consulares** (transposta Lei n.º 52/2023, de 28 de agosto);

Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à **luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil**, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho (transposta pela Lei n.º 4/2024, de 15 de janeiro);

Diretiva (UE) 2017/1371, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2017, relativa à **luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal** (transposta pela Lei n.º 4/2024, de 15 de janeiro).

ANEXO | Edificado

Obras em Tribunais

Concluídas

Intervenções nas Comarcas dos Açores, Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Destacam-se as seguintes:

Palácio da Justiça de Bragança e Miranda do Douro	Empreitada de Remodelação e Adaptação dos Espaços de Detenção.
Palácio da Justiça de Estremoz	Remodelação da Cobertura.
Palácio da Justiça de Lagos	Empreitada de reabilitação da cobertura.
Palácio da Justiça de Oeiras	Empreitada de reabilitação da cobertura
Palácios da Justiça de Oliveira do Hospital, Alvaiázere e Marinha Grande	Empreitada para promoção das acessibilidades
Palácio da Justiça de Caminha	Requalificação da Cobertura e das Fachadas
Palácio da Justiça de Monção	Nova Sala de audiências
Palácio da Justiça de Montalegre	Empreitadas para Remodelação Geral, de Fornecimento e colocação de Subtelha e Isolamento Térmico na Cobertura, Ramal de Energia Elétrica de Uso Exclusivo e Fornecimento de Central de Intrusão compatível com a Central Nacional e Rede Anti pombo.
Palácios da Justiça de Vila Real e Chaves	Empreitada de Remodelação e Adaptação dos Espaços de Detenção.
Palácio da Justiça de Castro Daire	Empreitada para a reabilitação da cobertura e instalações sanitárias; Empreitada de Recuperação de Fachadas e Fornecimento e colocação de Kit de emergência.

Palácios da Justiça de Cinfães e S. João da Pesqueira	Empreitada para promoção das acessibilidades; Fornecimento e aplicação de vidros laminados na Caixa do Elevador.
Tribunal Judicial de Nelas	Empreitada para promoção das acessibilidades.
Palácio da Justiça de S. Pedro do Sul	Empreitada para promoção das acessibilidades e empreitada de tratamento de juntas e reparação de rebocos da escadaria exterior.
Palácio da Justiça de Aveiro	Empreitada para adaptação do edifício para instalação do Juízo de Família e Menores
Palácio da Justiça Tavira	Empreitada de substituição da caixilharia
Juízos do Trabalho e Local Cível de Torres Vedras	Adaptação geral do edifício da CGD em Torres Vedras para instalação
Palácio da Justiça Paços de Ferreira	Empreitada para a reabilitação da cobertura
Palácio da Justiça de Alcácer do Sal	Empreitada de Reabilitação do Revestimento das Fachadas
Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	Empreitada de Reabilitação de Coberturas, Fachadas e Tratamento de Patologias Interiores

Em Curso

Intervenções nas Comarcas dos Açores, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Viseu.

Destacam-se as seguintes intervenções:

Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo	Empreitada de remodelação das Instalações Sanitárias, Gabinetes e AVAC.
Palácio da Justiça de Beja	Construção do novo edifício para instalação Inst. Central da Secção de Família e Menores, Secção Central do trabalho, Instância Local da secção Cível e Tribunal Administrativo e Fiscal
Palácio da Justiça Ourique	Reabilitação da cobertura

Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Empreitada de Reabilitação das Fachadas e Reparação de Infiltrações
Palácio da Justiça de Miranda do Douro	Empreitada para aumento de potência das instalações elétricas
Palácio da Justiça Torre de Moncorvo	Reabilitação das fachadas, substituição da caixilharia, criação de acessibilidades, instalação de sistema de climatização e trabalhos de construção civil de apoio
Palácio da Justiça Vimioso	Empreitada de reabilitação de Fachada, revisão de cobertura, AVAC e IS
Palácio da Justiça de Estremoz	Conclusão da remodelação geral
Palácio da Justiça de Albufeira	Reabilitação da cobertura
Palácio da Justiça de Portimão	Remodelação para criação de novo espaço de arquivo
Palácio da Justiça de Seixal	Empreitada de reabilitação da cobertura, juntas de dilatação e outras reparações pontuais
Palácio da Justiça de Ponta do Sol	Empreitada de reabilitação do edifício e criação de acessibilidades; Empreitada de substituição das cantarias exteriores, paredes em tijolo de vidro e porta metálica; Empreitada para as Futuras Instalações dos Serviços do Ministério Público e Renovação da Cobertura.
Palácio da Justiça de Porto Santo	Empreitada para promoção da acessibilidade.
Palácio da Justiça de Fronteira	Requalificação parcial.
Palácio da Justiça de Nisa	Reabilitação da cobertura e fachadas exteriores e substituição de caixilharia.
Palácio da Justiça de Gondomar	Reabilitação da cobertura.
Palácio da Justiça de Santo Tirso	Empreitada para reabilitação da cobertura e substituição das caixilhas.
Palácio da Justiça de Valença	Substituição da caixilharia exterior.
Palácio da Justiça de Monção	Empreitada para a reabilitação da cobertura e IS do Piso 1.

Palácio da Justiça de São Pedro do Sul Empreitada para instalação de AVAC, Instalações Elétricas e tetos falsos.

Em Procedimento

Iniciado o procedimento para formação do contrato empreitadas, das quais se destacam as seguintes mais significativas:

Palácio da Justiça de Praia da Vitória	Empreitada para instalação de sistemas de AVAC
Palácio da Justiça de Arouca	Empreitada de Reparação parcial da Cobertura (Contrato interadministrativo).
Palácio da Justiça de Lagos	Empreitada de requalificação do exterior (Contrato interadministrativo).
Juízo de Competência Genérica da Nazaré -	Empreitada para realização das obras de remodelação do imóvel (Contrato interadministrativo).
Tribunal de Monsanto, Lisboa	Empreitada para intervenção nas Salas de Audiências e Arquivo
Palácio da Justiça de Portalegre	Empreitada para remodelação e ampliação do edifício
Juízo Central Criminal do Porto, São João Novo	Empreitada de reabilitação Geral do edifício
Tribunal Central Administrativo Norte, Porto	Empreitada de reabilitação geral
Juízo de Competência Genérica de Sesimbra	Construção de novo edifício.
Centro de Estudos Judiciários, Vila do Conde	Adaptação do edifício para acolhimento do novo Pólo do CEJ (contrato Interadministrativo).
Tribunal Central Administrativo Centro, Castelo Branco	Requalificação e adaptação do edifício para instalação do Tribunal (contrato interadministrativo).

Obras em Estabelecimentos Prisionais

Concluídas

Destacam-se a seguintes mais significativas:

EP São José do Campo Viseu	Fornecimento e instalação de caixilharias; reabilitação dos edifícios dos serviços clínicos; deteção de incêndios dos serviços administrativos.
EP Évora	Construção da Portaria
EP Guimarães	Reabilitação da cobertura
EP Carregueira	Empreitada para a implementação de soluções de eficiência energética, no âmbito do POSEUR
EP de Viana do Castelo	Substituição de janelas para as alas prisionais e aquisição de vinílico para pavilhão pré-fabricado
EP Guarda	Instalação de novas janelas
EP de Monsanto	Reparação de rotura da conduta de abastecimento do EP
EP do Porto	Obras de Conservação
EP Aveiro	Melhoria das condições das celas
Novo EP de São Miguel	1.ª fase construção – remoção da bagacina
EP Lisboa	Empreitada de reparação de cobertura no Corpo Central
EP Tires	Cadastro da Rede de Esgotos
EP Faro	Substituição da Caixilharia
HPSJD	Ampliação da farmácia mediante a aquisição de módulos pré-fabricados.
Vários	Qualificação das condições de habitabilidade em diversos EP através do reforço da privacidade das instalações sanitárias EP Aveiro, Caxias, Faro, Funchal, Lamego, Santa Cruz do Bispo - Feminino, Setúbal e Viana do Castelo
Vários	Execução de pequenas obras de manutenção e/ou reparação realizadas em função das necessidades verificadas ao longo do ano, incluindo aquisição de materiais e pagamento de salários com mão de obras prisional

Em Curso

Destaca-se no âmbito do encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa, as seguintes obras:

EP Alcoentre

EP Linhó

EP Sintra

Empreitadas de Remodelação dos Pavilhões Prisionais (PPT)

EP Tires

Empreitada de remodelação do pavilhão nº 3

Outras empreitadas em curso, destacando-se:

EP São José do Campo,
Viseu

Empreitada para substituição de caixilharias - fase 2
Reabilitação do pavilhão prisional (P3) - *com recurso a mão de obra prisional*

EP Funchal

Remodelação da cozinha - Empreitada para execução das especialidades e trabalhos de construção civil - *com recurso a mão de obra prisional*

EP Ponta Delgada

Remodelação da Ala Prisional (2º Piso)

EP Faro

Remodelação de celas, balneário e instalação sanitária de apoio à camarata

EP Vale de Judeus

Execução de furo novo de captação de água subterrânea e Instalação de Sistema de Alarme das Bombas.

Em Procedimento

Destacam-se as seguintes obras:

EP Sintra

Fase final de projeto relativo à Construção do parlatório. 2.ª Fase

EP Vale de Judeus

Execução de furo novo de captação de água subterrânea e Instalação de Sistema de Alarme das Bombas; Substituição dos Fluxómetros das Celas;

EP Alcoentre

Empreitada de Reabilitação dos sistemas de abastecimento de água ao estabelecimento prisional

Obras em Centros Educativos

Concluídas

CE Olivais

Substituição do sistema de sistema de impermeabilização da cobertura e reabilitação pontual da fachada;
Melhoramento das condições de habitabilidade - reparação do sistema de aquecimento;

CE Navarro Paiva	Substituição de tubagem de alimentação de água potável; Substituição do contentor da Portaria; Instalação de nova Biblioteca;
CE Bela Vista	Obra de escavação no tardo de muro de suporte de terras; Instalação de nova Biblioteca;
CE Padre António Oliveira	Substituição do contentor da Portaria
CE Santa Clara	Substituição do pavimento existente no campo de jogos exterior – obra a cargo da Câmara Municipal de Vila do Conde

Em Curso

CE Bela Vista	Empreitada de Reabilitação da Cobertura do Ginásio, incluindo balneários, ginásio, vestiários e arrecadações, salas de aula e espaços comuns de circulação, e a Empreitada de Reabilitação do Muro Contíguo com a Rua da Bela Vista à Graça.
---------------	--

Em Procedimento

CE Padre António Oliveira	Empreitada de Intervenções diversas de melhoramento das condições de habitabilidade.
---------------------------	--

Obras em Instalações da Polícia Judiciária

Concluídas

Destacam-se as seguintes:

DIC Guarda	Requalificação do edifício.
DIC Setúbal	Requalificação de espaços para instalação de funcionários provenientes do SEF.
DIC Leiria	Requalificação de espaços para instalação de funcionários provenientes do SEF.
DIC Madeira	Obras de renovação do Laboratório de Polícia Científica.
Edifício clássico Lisboa	Requalificação do edifício através da substituição de iluminação, janelas, colocação de painéis fotovoltaicos e AVAC; Requalificação de espaços para instalação de funcionários provenientes do SEF.

Armazéns de Tires e Loures Várias intervenções.

Em Curso

Diretoria do Sul, Faro Remodelação total do edifício, incluindo obras de adaptação, rede elétrica, rede de comunicações, segurança, gestão técnica centralizada e medidas de eficiência energética, incluindo a renovação de iluminação, isolamento exterior, substituição de janelas, AVAC e painéis fotovoltaicos

Diretoria do Norte Requalificação de espaços para instalação de funcionários provenientes do SEF.

ULIC Évora Obras de adaptação de moradia geminada, com substituição total da cobertura, em risco de colapso, por deficiente reparação anterior.

Obras em Instalações do INMLCF

Concluídas

Delegação Sul Requalificação de espaços, Instalações elétricas, rede de esgotos, canalizações, substituição de pavimento zona cadáveres, criação de open space na sala dos médicos, instalação de cadeiras elétricas para utentes com mobilidade reduzida, Sistema de ventilação e aparelhos de ar condicionado.

Delegação Norte Várias obras de reabilitação, ventilação, ar condicionado e reparação trave cobertura; Rede de drenagem águas residuais, Obras de reabilitação/adaptação das instalações sitas na Rua da Constituição.

Delegação do Centro edifício sede Substituição da porta de acesso Base de Dados.

GMLF do Sotavento Algarvio Instalação de equipamentos de ar condicionado na sala de autopsias.

GMLF do Minho-Lima Substituição de aparelhos ar condicionado.

GMLF do Barlavento Algarvio Criação de open space com capacidade para refrigeração de 6 cadáveres.

Em Curso

GMLF da Lezíria do Tejo, Santarém Remodelação (através de protocolo com o Hosp. Santarém)

Em Procedimento

Delegação Norte Construção de um novo edifício.
Obras de manutenção e adaptação do edifício principal para reinstalação de médicos no piso 1 e instalação de equipamentos de radiologia forense no “pavilhão da clínica”.
Redes Elétricas e de telecomunicações; criação de salas de pressão negativa em salas de autópsias.

Delegação Sul Adequação da sala de autópsias para instalação de TAC, adaptação e reabilitação das redes elétricas e de telecomunicações, instalação de equipamentos de ar condicionado e criação de salas de pressão negativa nas salas de autópsias.

GMLF Dão Lafões Obras de adaptação e melhoria.

GMLF Alto Trás-os-Montes e Bragança Obras de adaptação e melhoria.

Obras em Instalações do IRN

Conservatória de Proença-a-Nova Empreitada de remodelação das Instalações.

Conservatórias de Alpiarça e Santarém Empreitada de conservação e reparação de pavimentos.

Conservatória de Marvão Conclusão da empreitada para substituição portas e janelas.

Conservatórias de Beja, Ourique e Vidigueira No conselho de Beja, foram concluídas as empreitadas de remoção e re-aplicação do pavimento e montagem de caixilharias nas conservatórias de Beja, Ourique e Vidigueira.

Conservatórias de Felgueiras e Vila Nova de Gaia Concluída a empreitada de ampliação e adaptação das instalações.

Conservatórias de Bragança, Miranda do Douro e Vila Flor No concelho de Bragança, foram concluídas as obras de remodelação e conservação nas conservatórias de Bragança, Miranda do Douro e Vila Flor.

- Conservatórias de Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Mêda, Pinhel e Sabugal No concelho da Guarda, foram realizadas obras de reparação, conservação e acessibilidades nas conservatórias de Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Mêda, Pinhel e Sabugal.
- Conservatórias de Mesão Frio, Peso da Régua e Vila Pouca de Aguiar No concelho de Vila Real, foram realizadas obras de reparação nas conservatórias de Mesão Frio, Peso da Régua e Vila Pouca de Aguiar.
- Conservatórias de Braga e Vila Nova de Famalicão No concelho de Braga, foram realizadas obras de remodelação das instalações nas conservatórias de Braga e Vila Nova de Famalicão.
- Conservatória de Viana do Castelo Em Viana do Castelo, está concluída a empreitada de remodelação e pinturas no edifício da conservatória.

Assessores que integraram os Gabinetes

Gabinete da Ministra da Justiça

Filipa Sobral Torres

Filipe Ferraz

Sónia Reis

António Folgado

Catarina Madeira

Célia Quaresma

Dulce Garcia

Fernando Tainhas

Helena Guimarães

João Guedes

Luís Isidro

Margarida Gil

Neuza Lopes

Nicole Gabriel

Paulo Santos

Quirina Severino

Rui Maurício

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Fátima Consciência

Preciosa Passinhas

Alexandre Capucha

Cristiana Dias

Filipa Caldas

Hugo Henriques

Inês Horta Pinto

Joaquina Martins

Maria do Carmo Ribeiro

Maria João Surrécio

Patrícia Governo

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Leonor Abecasis

Rui Vieira

Tania Piazzentin

Isabel da Rosa

Joaquim Estrela

José Macieira

Julieta Ribeiro

Lídia Grave

Mafalda Domingues

Pedro Lacerda

Pedro Viana

Rita Rei

Sandra Simão

Susana Monteiro

Tiago Cunha Martins

Vanda Mota

JUSTIÇA  A JUSTIÇA
ESTÁ A AVANÇAR
PARA TODOS

